

Microcrédito na Guiné-Bissau

Dissertação de Mestrado

César da Costa

Mestrado em

Ciências Económicas e Empresariais



Microcrédito na Guiné-Bissau

Dissertação de Mestrado

César da Costa

Orientadores

Prof. Doutor Pedro Miguel Silva Gonçalves Pimentel

Prof. Doutor Gualter Manuel Medeiros do Couto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



RESUMO

Fruto de várias crises económicas e políticas, a Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo, com uma população caracterizada pela falta de recursos, pelo desemprego e pela exclusão social, o que faz com que as pessoas, por não conseguirem dar garantias, não tenham a possibilidade de contrair créditos nos bancos tradicionais para a abertura e desenvolvimento de pequenos negócios que visem a melhoria das suas condições de vida. É para este tipo de população que surgiu o microcrédito.

Este tipo de crédito funciona como uma importante ferramenta para ajudar as pessoas mais pobres a sair de situações de exclusão social, através da obtenção de um empréstimo de uma pequena quantia para o desenvolvimento de pequenos negócios individuais ou familiares. Mas até que ponto é que estes negócios são efetivamente sustentáveis? Será que melhoram a qualidade de vida dos seus beneficiários? São estas as questões a que esta dissertação procurou responder. Para tal desenvolveu-se um estudo de caso junto dos beneficiários de uma entidade que concede microcréditos, a MPC-DIVUTEC, através da aplicação de um inquérito por questionário.

Os resultados mostram que, apesar de a grande maioria dos negócios ainda existirem atualmente, os beneficiários não consideram que estes sejam sustentáveis e que tenha existido, efetivamente, uma melhoria nas suas vidas. O que poderá sugerir que este setor na Guiné-Bissau é ainda muito incipiente e se caracteriza por uma má gestão dos próprios projetos e por um apoio deficiente aos beneficiários. Ao mesmo tempo, identifica-se a necessidade de formação dos beneficiários dos programas de microcrédito para que sejam capazes de gerir os seus negócios de forma a serem autossustentáveis, sem necessidade de novos financiamentos. O contexto da Guiné-Bissau, caracterizado por graves crises económicas e políticas também contribui para que a sustentabilidade destes negócios esteja em causa. Deste modo, urge que as entidades e instituições fornecedoras de microcrédito, tenham uma gestão mais clara e objetiva e que ofereçam um apoio real às pessoas que contraíram microcréditos de modo a que os negócios sejam viáveis e sustentáveis, contribuindo, em última instância, para o desenvolvimento do país numa direção de saída de uma situação de grande pobreza.

Palavras-chave:

Exclusão social; Guiné-Bissau; Microcrédito; Pobreza; Sustentabilidade

ABSTRACT

As a result of several economic and political crises, Guiné-Bissau is one of the poorest countries in the world, with a population characterised by lack of economical resources, unemployment and social exclusion, making it impossible to obtain credit from traditional banks to open and develop small businesses aimed to improve their living conditions. They are unable to provide real guarantees of payment. It is for this type of population that microcredit appeared.

It is an important tool to help the poorest people out of situations of social exclusion, by lending them small amounts for the development of individual or family businesses. But to what extent are these businesses effectively sustainable? Do they improve the quality of life of their beneficiaries? These are the questions that this dissertation aims to answer. In order to study this subject, it was developed with the beneficiaries of an entity that grants microcredit, the MPC-DIVUTEC, through the application of a questionnaire survey.

The results show that, although the vast majority of the businesses still exist today, the beneficiaries do not consider them sustainable and that there has been, effectively, an improvement in their lives. This may suggest that this sector in Guiné-Bissau is still very incipient, characterised by poor management of the projects themselves and poor support of the beneficiaries. At the same time, the need for training of the beneficiaries of the microcredit programmes is identified, so that they can be able to manage their business so that they, became self-sustainable, without the need for new funding.

The context of Guiné-Bissau is characterised by serious economic and political crises, that do not contribute to the sustainability of these businesses. It is urgent that the entities and institutions that provide microcredit have clearer and more objective management and offer real support to people who have taken microcredits so that the businesses are viable and sustainable, ultimately contributing to the development of the country towards a way out of a situation of severe poverty.

Keywords:

Social Exclusion; Guinea-Bissau; Microcredit; Poverty; Sustainability

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação termina e marca início de uma importante caminhada na minha vida o que não poderia deixar de ser motivo de grande alegria para mim.

Sendo resultado de um trabalho em conjunto, gostaria de expressar o meu agradecimento a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste sonho:

- Aos meus orientadores, o Prof. Doutor Pedro Miguel Silva Gonçalves Pimentel e o Prof. Doutor Gualter Manuel Medeiros do Couto, pela disponibilidade, orientação, assim como pela confiança nas minhas capacidades para chegar até aqui;

-Ao Serviço de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, em particular à Doutora Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia, um muito obrigado pelos apoios sem os quais, presumivelmente, não seria possível concretizar este sonho.

- À Direção de Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social, especificamente ao Eng.º José Manuel Rodrigues, um muito obrigado pelo apoio incondicional.

- À Professora Doutora Maria Luísa Silva Rocha, pelo apoio prestado ao longo desta dissertação.

- Aos meus professores, agradeço a amizade, o apoio e a motivação que me deram durante todo percurso académico;

- Aos amigos e colegas que me apoiaram durante este percurso tão importante, nomeadamente, Cármen Raposo, Clementina Botelho, Raimundo Augusto Indi, Pinto Djassi, Ciro Costa, Gil Silva, Maudó S. Baldé, Fabrícia Mustasse, Lucine Gomes, Amadu Djaló e a Gina Djemé.

- À minha família, em especial aos meus pais, irmãos e irmãs, pelo contínuo encorajamento e incentivo;

Ao diretor da DIVUTEC, João Pereira, por me ter autorizado utilizar a base de dados da organização. Um obrigado!

- Finalmente, um obrigado muito especial à minha esposa, Júlia Mendes, pela paciência, compreensão e incentivo durante estes anos.

... O meu muito obrigado!

ÍNDICE GERAL

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
ÍNDICE GERAL	v
LISTA DE TABELA	vi
LISTA DE FIGURA	vii
LISTA DE ABREVIATURA	viii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1. Sustentabilidade	11
2.2. Empreendedorismo	16
2.2.1. O Empreendedor	20
2.3. O Microcrédito	23
2.3.1. Falha de Mercado: Crédito	25
2.3.2. Microcrédito como estratégia de luta contra pobreza e exclusão social.	28
2.3.3. Funcionalidade do microcrédito	31
CAPÍTULO III - GUINÉ-BISSAU E O MICROCRÉDITO	32
3.1. Resenha histórica	32
3.2. Situação socioeconómica	36
3.3. Formalidade legal	37
3.4. A MPC-DIVUTEC	40
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA E DADOS	43
4.1. Metodologia	43
4.1.1. Metodologia Quantitativa	44
4.1.2. Recolha de Dados e Caraterização	45
4.1.2.1. Caraterização da Amostra	49
CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
5.1. Frequências e estatísticas descritivas	52
5.2. Análise Crítica	68
CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	69
6.1. CONCLUSÕES	69
6.2. RECOMENDAÇÕES	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	73
ANEXOS	80
Inquérito por Questionári	80

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Fatores para definição de sustentabilidade	12
Tabela 2. Empreendedor padrão do microcrédito	23
Tabela 3. Tipos de falhas de mercado	26
Tabela 4. As vantagens do microcrédito no continente africano.....	32
Tabela 5. Estatísticas descritivas: idade	49
Tabela 6. Estatísticas descritivas: género.....	49
Tabela 7. Estatísticas descritivas: nacionalidade.....	50
Tabela 8. Estatísticas descritivas: habilitações literárias.....	50
Tabela 9. Estatísticas descritivas: estado civil.....	51
Tabela 10. Estatísticas descritivas: tem filhos.....	51
Tabela 11. Estatísticas descritivas: considera o montante obtido suficiente	52
Tabela 12. Estatísticas descritivas: o que o/a motivou a recorrer o microcrédito	52
Tabela 13. Estatísticas descritivas: tem conseguido cumprir com as prestações	53
Tabela 14. Estatísticas descritivas: sente-se estabilidade financeira para manter negócio	53
Tabela 15. Estatísticas descritivas: habilitações literárias antes de aceder ao microcrédito	54
Tabela 16. Estatísticas descritivas: sente-se excluído do microcrédito.....	54
Tabela 17. Estatísticas descritivas: tem habitação própria	55
Tabela 18. Houve melhoria após aceder ao microcrédito	55
Tabela 19. Pagava renda antes de aceder ao microcrédito	55
Tabela 20. Estatísticas descritivas: e depois continua a pagar	56
Tabela 21. Estatísticas descritivas: tinha abastecimento de água antes do microcrédito	56
Tabela 22. Estatísticas descritivas: e depois do recurso ao microcrédito.....	57
Tabela 23. estatísticas descritivas: tinha sistema de escoamento antes do microcrédito	57
Tabela 24. Estatísticas descritivas: e depois do recurso ao microcrédito.....	58
Tabela 25. Estatísticas descritivas: tem eletricidade	58
Tabela 26. Estatísticas descritivas: possuía eletricidade antes do uso de microcrédito	58
Tabela 27. Estatísticas descritivas: teve frequência de formação no âmbito do microcrédito	59
Tabela 28. Estatísticas descritivas: a que serviço de saúde costuma recorrer	60
Tabela 29. Estatísticas descritivas: a que serviço de saúde costumava recorrer	60
Tabela 30. teve necessidade de recorrer ao sistema judicial	60
Tabela 31. Estatística descritiva: conseguiu o pretendido.....	61
Tabela 32. Estatísticas descritivas: como avalia sistema judicial da Guiné-Bissau.....	61
Tabela 33. Estatística descritivas: teve necessidade de recorrer à justiça tradicional	61
Tabela 34. Estatísticas descritivas: como surgiu a ideia de criar negócio.....	62
Tabela 35. Estatísticas descritivas: conhecimentos e experiência para iniciar negócio	62
Tabela 36. Estatísticas descritivas: as maiores dificuldades que sentiu na criação do negócio ..	63
Tabela 37. Estatísticas descritivas: a empresa tem funcionários.....	64
Tabela 38. Fatores determinantes para falência de negócio em Bissau	64
Tabela 39. Existem entidades que apoiam à criação de empresa na Guiné-Bissau.....	65
Tabela 40. Estatísticas descritivas: existem apoios do governo ao empreendedorismo.....	65
Tabela 41. Existem na Guiné-Bissau oportunidades para criação de empresa e negócio	66
Tabela 42. Os negócios financiados pelo microcrédito continuam a existir	66
Tabela 43. Estatísticas descritivas: sabe se o governo apoia o microcrédito	67
Tabela 44. Estatísticas descritivas: frequentou algum curso sobre empreendedorismo.....	67
Tabela 45. Considera que o microcrédito tem dado contributo positivo aos empreendedores ...	68

LISTA DE FIGURA

Figura 1. O tripé da sustentabilidade.....	15
--	----

LISTA DE ABREVIATURA

MPC DIVITEC- Mutualidade de Poupança e Crédito DIVUTECE

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Recentemente, o microcrédito tem feito parte das políticas públicas de países em vias de desenvolvimento, com o intuito de resolver problemas sociais e económicos de grande parte da população, especialmente daquela que não tem acesso ao tradicional sistema bancário de crédito ou aos sistemas de crédito de determinadas instituições, como é o caso de lojas multinacionais.

Desde a sua independência, a Guiné-Bissau tem conhecido uma narrativa de instabilidade política e social que, por sua vez, tem resultado na deterioração da qualidade de vida dos guineenses e no aumento do desequilíbrio macroeconómico do país.

A Guerra Civil, que ocorreu entre 1998 e 1999, e o golpe de estado ocorrido em 2003, deterioraram profundamente a atividade económica do país, deixando não só uma parte substancial das infraestruturas económicas e sociais em ruínas mas também intensificando a pobreza já generalizada da população.

O microcrédito aparece, assim, como uma solução para aqueles guineenses que, com espírito empreendedor, pretendem desenvolver os seus próprios negócios, mas que não têm possibilidade de requisitar um crédito bancário. A questão que se coloca é se os projetos financiados com recurso ao microcrédito se mostram sustentáveis até aos dias de hoje e se estes, efetivamente conseguem criar condições necessárias para a saída da situação de pobreza e da exclusão social de pessoas desfavorecidas. É também importante compreender, de modo geral, como funciona o microcrédito, nomeadamente na cidade de Bissau. Para tal procedeu-se à análise da MPC DIVUTEC- Mutualidade de Poupança e Crédito DIVUTEC, instituição que aposta no empreendedorismo como mecanismo de erradicação de pobreza e da exclusão social, de modo a perceber se os valores dos empréstimos para a criação de negócios são suficientes, quais os principais motivos para a solicitação deste mecanismo e se este se encontra, efetivamente, acessível a todos que realmente precisam.

Finalmente, foram identificadas as instituições que operam nesta área na Guiné-Bissau de modo a compreender as formalidades legais que validam o funcionamento do microcrédito. Assim, o objetivo desta dissertação é a análise da sustentabilidade dos

projetos criados com recurso ao microcrédito, permitindo dar resposta às seguintes questões de investigação:

Q1. Os projetos desenvolvidos com base no microcrédito, entre 2018 e 2020, existem até aos dias de hoje?

Q2. Os projetos desenvolvidos com base no microcrédito, entre 2018 e 2020, são sustentáveis?

Q3. Os projetos criados com base no microcrédito, melhoram, incontestavelmente, a qualidade de vida daqueles que recorreram ao microcrédito?

A metodologia, para esta dissertação situa-se no paradigma quantitativo da investigação, recorrendo à estatística para análise das respostas dadas pelos beneficiários do microcrédito na Guiné, sendo estes os nossos dados. Será, então, realizada uma revisão da literatura sobre temas relevantes para a presente dissertação, como a sustentabilidade, empreendedorismo e microcrédito, seguida da parte empírica, onde, para a recolha dos dados, foi utilizado um inquérito por questionário. Para o tratamento dos dados, será utilizado o programa SPSS, nomeadamente na realização da análise estatística descritiva.

Esta dissertação encontra-se dividida em seis capítulos. O presente capítulo, que diz respeito à introdução, apresenta o trabalho, as questões de investigação, hipóteses o contributo esperado para o conhecimento e a estrutura da dissertação. O segundo debruça-se sobre a revisão da literatura, onde são tratados importantes temas para a presente dissertação, como o caso da sustentabilidade, do empreendedorismo, onde se concetualiza o microcrédito. O terceiro capítulo é concernente à situação da Guiné-Bissau e se apresenta a instituição em análise, a MPC-DIVUTEC. O quarto capítulo diz respeito à metodologia e à análise dos resultados. Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho empírico, nomeadamente, o design metodológico, o instrumento de recolha de dados e a forma de análise desses mesmos dados. No quinto, são apresentados os resultados com o acompanhamento da interpretação à luz das questões de investigação e dos objetivos traçados. O último capítulo refere-se às conclusões e recomendações, onde são apresentadas as principais conclusões retiradas da análise realizada, assim como recomendações relacionadas com o microcrédito.

CAPÍTULO II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo é efetuado um enquadramento teórico sobre alguns dos aspetos técnicos relacionados com: a sustentabilidade; o empreendedorismo; o empreendedor; o microcrédito; a falha de mercado-crédito; microcrédito como estratégia de luta contra pobreza e exclusão social e a funcionalidade do microcrédito.

2.1. Sustentabilidade

Um dos grandes desafios do século XXI é tentar ultrapassar o antagonismo entre o desenvolvimento económico e a preservação do ambiente. Muitos são da opinião que estes dois caminhos nunca se cruzam, sendo duas forças completamente opostas. No entanto, existem aqueles que acreditam que esta dialética pode ser sustentada pelo chamado desenvolvimento sustentável, desde que se verifiquem esforços de ambas as partes, nomeadamente entre os Estados, os agentes económicos, a ciência e as organizações de preservação ambiental (Zangalli, 2013).

Baker (2006) entende que as preocupações com a (in)sustentabilidade do planeta remontam aos séculos XVIII e XIX. Contudo, o pensamento dominante considerava o ambiente como fonte inesgotável de recursos. “As fontes destes recursos pareciam inesgotáveis e eles eram colocados na mão do Homem pela “Mãe-Natureza”, para que deles se aproveitassem, sem qualquer problema” (Carapeto, 1998). Como é sabido, a revolução industrial e o crescimento económico e populacional, assentes na sobre-exploração de recursos naturais, em nome do progresso, desencadearam graves danos ambientais e sociais.

Assim, ao longo do tempo, e de forma progressiva, as consciências começaram a despertar, emergindo discursos que “reclamam” medidas de preservação e um modelo de desenvolvimento menos consumista e mais sustentável. Entende-se por sustentabilidade algo que permite o desenvolvimento das gerações presentes garantindo, ao mesmo tempo, a satisfação das necessidades das gerações futuras. Assim, este conceito relaciona-se com o desenvolvimento económico e material, permitindo o uso de recursos naturais de forma a não agredir o ambiente a garantir o desenvolvimento sustentável (Baker, 2006). Na

Tabela 1 é, então, possível observar a definição de sustentabilidade, tendo em conta fatores económicos, sociais e ambientais:

Tabela 1. Fatores para definição de sustentabilidade

Tipo de Fator	Definição de Sustentabilidade
Económico	Deve centrar-se no capital humano, natural e social. A utilização dos recursos não deve afetar os rendimentos futuros, ou seja, deve-se verificar equidade intergeracional relativamente aos recursos. A atividade económica deve considerar uma base ecológica.
Social	Deve abordar a perpetuidade dos valores sociais, identidade, relações e instituições, objetivos comuns e coesão social. A saúde, educação, a alimentação, a água, as habitações devem ser garantidas a cada indivíduo. Deve-se apoiar ativamente a manutenção e criação de competências, bem como as capacidades das futuras gerações.
Ambiental	O desenvolvimento social e económico deve ter bases ambientais sólidas. A gestão dos recursos naturais deve ter uma prioridade estratégica.

Fonte: Baker (2006).

Outra perspetiva relacionada com a sustentabilidade defende que o desenvolvimento sustentável consiste num modelo de desenvolvimento com capacidade para responder às necessidades do presente sendo, por isso, um conceito sistémico que apresenta um modelo de desenvolvimento global integrando os aspetos referentes ao desenvolvimento ambiental. Por outras palavras, o desenvolvimento sustentável “satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Relatório Brundtland¹, 1987).

O conceito de desenvolvimento sustentável teve por base a ideia “de que o modelo de crescimento económico, até então adotado, gerou riqueza e fartura nunca antes vistas pelo Homem, mas às custas da miséria, da degradação ambiental e da poluição crescentes” (Haswani, 2008). Daí que o Relatório de Brundtland (1987), tenha enfatizado os problemas ambientais do nosso planeta, ou seja, o aquecimento global e diminuição da camada de ozono, estando a Terra a sofrer mudanças a uma velocidade nunca vista,

¹ Originalmente intitulado de “*Our Common Future*”, em português “*Nosso Futuro Comum*”.

excedendo a capacidade do conhecimento científico e as nossas habilidades de avaliar e apresentar soluções para estes mesmos problemas.

Como é expresso no Relatório de Brundtland (1987), “há só uma terra, mas não só um mundo. Todos nós dependemos de uma biosfera para conservar nossas vidas. Mesmo assim, cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e pela prosperidade quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais”. Neste sentido, o desenvolvimento deve ter em consideração as preocupações e interesses de toda a população, de forma que o resultado do desenvolvimento possa ser compartilhado coletivamente (Machado *et al.*, 2006).

O conceito em análise surge devido ao modelo de crescimento económico adotado, que provocou grandes desequilíbrios, procurando harmonizar e equilibrar o desenvolvimento económico com a preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, com o fim da pobreza. “Esta complexidade do processo de transformação do planeta, não somente é continuamente ameaçado, mas também diretamente afetado pelos riscos socioambientais, é cada vez mais visível” (Cândido, 2010).

No meio de uma crise ambiental e da preocupação com a sobrevivência humana, “o impacto ambiental deu início às grandes discussões sobre preservação ambiental, onde atingiu o seu pico na Conferência de Estocolmo, alertando para o facto de a ação humana estar a causar séria degradação da natureza, criando severos riscos para o bem-estar e para a própria sobrevivência da sociedade” (Machado *et al.*, 2006).

De acordo com Cândido (2010), “a preocupação com o Desenvolvimento Sustentável, representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades”. Neste sentido, o Relatório de Brundtland (1987) elenca uma série de medidas a ser tomadas pelos países, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável: limitação do crescimento populacional; garantia dos recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores; atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, morada).

Segundo Serageldin (1995), o desenvolvimento sustentável pode ser representado por um triângulo, em que nos vértices encontramos a dimensão social, a dimensão económica e a dimensão ambiental. A dimensão social refere-se à equidade, coesão social, participação e *empowerment*, por seu lado, a dimensão económica diz respeito ao crescimento sustentável, ao capital e à eficiência, já a dimensão ambiental, subordina-se à integridade ecossistémica, aos recursos naturais e à biodiversidade.

O desenvolvimento sustentável pode ser dividido em três componentes: a sustentabilidade sociopolítica, a sustentabilidade económica e a sustentabilidade ambiental, procurando um ponto de equilíbrio entre o crescimento económico, igualdade social e proteção ambiental.

Portanto, podemos dizer que o desenvolvimento sustentável procura melhorar as condições de vida do ser humano, preservando o meio envolvente a curto, médio e longo prazo. Assim falamos de um desenvolvimento económico eficaz e de um desenvolvimento social equitativo e ecologicamente sustentável.

Apesar dos esforços desenvolvidos no sentido da concetualização de sustentabilidade, ainda hoje, não existe uma definição universal para este constructo. No entanto, a grande parte dos estudos sobre a temática da sustentabilidade concorda que esta é constituída por três dimensões interligadas: a dimensão económica, social e ambiental, como se pode verificar na figura 3. (Abdala *et al.*, 2018).

Figura 1. O tripé da sustentabilidade



A estas três dimensões dá-se o nome do Tripé da Sustentabilidade, conceito desenvolvido por Elkington (2001), em meados dos anos 1990, ao apresentar um novo quadro contabilístico para medir o desempenho das empresas empresariais. Este novo quadro, foi além das medidas tradicionais dos lucros ao incluir as dimensões sociais e ambientais. Ao concentrar-se, então, em resultados de investimento mais abrangentes, ou seja, no que respeita ao desempenho ao longo das dimensões interrelacionadas dos lucros, das pessoas e do planeta, este novo quadro contabilístico revelou-se uma importante ferramenta no que concerne ao apoio dos objetivos de sustentabilidade.

Deste modo, as dimensões económicas, sociais e ambientais encontram-se diretamente relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Por exemplo, relativamente à produção, a dimensão económica da sustentabilidade prevê que o papel das empresas na sociedade é serem economicamente viáveis. Em termos sociais, a empresa deve proporcionar as melhores condições de trabalho, tendo em conta as diferenças culturais, necessidades especiais e apelando à participação dos líderes comunitários em atividades socioculturais. Por fim, do ponto de vista ambiental, a organização deve trabalhar na procura da eficiência ecológica dos seus processos de produção, adotando uma produção mais limpa, desenvolvendo uma cultura ambiental organizacional e adotando uma atitude ambientalmente responsável (Dias, 2010).

2.2. Empreendedorismo

O termo empreendedorismo é um fenómeno multifacetado, cuja origem vem do francês “entre” e “prendre” que expressa algo parecido como “estar no mercado entre fornecedor e o consumidor”. Em várias situações é atribuída à palavra uma conotação diferente, com uma importância crescente junto dos meios empresarial e académico. Se por um lado, o estudo do empreendedorismo se encontra facilitado pela existência de uma literatura variada, por outro, o estudo deste tema torna-se mais complexo devido à divergência de visões. À medida que a economia mundial se alterava e se tornava cada vez mais complexa a importância do estudo do empreendedorismo foi aumentando devido ao crescendo seu contributo ao nível do crescimento económico. A origem da palavra “*empresendedor*” deriva do francês “*entrepreneur*” que significa “levar a cabo algum projeto ou atividade” e pretende designar aquelas pessoas ousadas que estimulam o progresso económico, mediante novas e melhores formas de agir (Kyrö, 1969).

Schumpeter (1934), foi pioneiro na definição de empreendedor e prevalece até aos dias de hoje como uma das mais completas. Para este, a função do empreendedor é reformular o padrão de produção, explorando uma invenção para produzir um novo bem ou um bem antigo de uma nova forma, abrindo uma nova fonte de fornecimento de materiais ou uma nova forma de comercialização para produtos e organizando um novo sector. Deste modo, o empreendedorismo altera mercados, setores industriais, modelos de negócios e tecnologias, por meio da inovação radical e da mudança revolucionária (Schumpeter, 1976). Nesse sentido, caracteriza-se por uma ruptura em relação às principais atividades de uma organização, e o conceito de inovação é parte integrante da definição de empreendedorismo. Esta definição foi a primeira a incluir a função de inovação ao empreendedor. Schumpeter (1961) refere ainda que as grandes organizações são resistentes à mudança e que os empreendedores são obrigados a criar novas empresas para continuar a sua atividade inovadora, ligando assim o empreendedor à criação de empresas.

Os empreendedores têm um perfil que lhes permite ver mais as possibilidades do que os problemas causados pela mudança. Knight (1921) salienta, no entanto, que o empreendedor é aquele que está disposto assumir riscos face ao incerto. Esses riscos

poderão ser o risco de perder o capital da empresa ou o risco de segurança financeira pessoal. Drucker (1985) apoiando-se na definição de *Schumpeter*, refere o empreendedor como aquele que pratica a inovação de uma forma sistemática. *Say, Drucker, na sua definição*, revela a importância do empreendedor como aquele que explora as oportunidades que a mudança gera e não necessariamente como aquele que causa a mudança. Neste sentido criar uma empresa não é necessário nem suficiente para o empreendedorismo: “*Nem todos os pequenos negócios são empreendedores ou representam empreendedorismo.*” (Drucker, 1985)

Atualmente é difícil encontrar uma definição de empreendedorismo abrangente e aceite em todas as áreas a que este se aplica devido em parte ao facto da grande maioria dos estudos definir o campo de estudo apenas em termos de quem é o empreendedor e o que este é capaz de fazer ou não (Venkataraman, 1997). Para um economista é aquele que combina recursos para obter um valor maior. Para um psicólogo, o empreendedor é alguém que possui determinadas características pessoais: elevada necessidade de realização, empenho e determinação, altos níveis de autoconfiança, procura constante de oportunidades, criatividade, flexibilidade, energia capacidade de liderança, visão entre outr (Hisrich & Ronsadt, 2008). Assim podemos considerar o empreendedorismo como o processo de criação de riqueza por indivíduos que assumem riscos e que perspetivam valor para algum produto ou serviço. Em quase todas as definições de empreendedorismo existe unanimidade em considerá-lo como um comportamento que inclui a tomada de riscos, a capacidade de organizar e reorganizar recursos existentes de forma a criar algo produtivo. (Hisrich & Ronsadt, 2008).

Na opinião de Kuratko (2009), a descrição de empreendedor baseada na revisão de literatura existente, é sucinta e bastante abrangente: empreendedorismo é o processo dinâmico de criação de riqueza incremental. Essa riqueza é criada por indivíduos que assumem riscos elevados em termos de capital, disponibilidade e comprometimento com a sua carreira para providenciar valor, através de algum produto ou serviço. O produto ou serviço em si pode ou não ser novo ou único, mas de alguma forma o valor deve ser infundido pelo empresário, assegurando e garantindo as habilidades e recursos necessários. Ao processo de empreendedorismo são atribuídas quatro fases distintas: identificação de oportunidade, desenvolvimento do plano de negócio, determinação dos recursos necessários e a administração da empresa resultante (Dornelas, 2008). Apesar de

existirem definições que conseguem de certo modo ter um elevado raio de abrangência no que concerne à definição de quem é empreendedor e o que é empreendedorismo, existem diferentes dimensões ou tipos de empreendedorismo. Neste sentido, a definição de empreendedorismo está geralmente relacionada com três situações tipo: a noção de empreendedorismo como ocupação, a noção de empreendedorismo na base da criação de novos negócios e a noção comportamental (Dornelas, 2008).

A noção de empreendedorismo como ocupação refere-se a ter e gerir o seu próprio negócio/empresa, numa lógica de autoemprego. Pode ser entendido como o empreendedor tradicional no sentido de ser empreendedor quase que por uma questão de auto emprego face a dificuldades externas:

“Pensemos num rapaz que engraxa sapatos em Maputo. Será um empreendedor? (...) em muitos destes casos este tipo de “empreendedorismo” nasce da necessidade ou pode ser inerente ao negócio (...) a verdadeira questão reside em averiguar quem é o inovador” (Sarkar, 2007).

A noção de empreendedorismo na base da criação de novos negócios, define empreendedor como aquele que, mesmo já possuindo o seu próprio negócio, cria valor económico através da transformação de recursos económicos de áreas pouco produtivas em áreas de elevada produtividade, gerando elevados rendimentos. Ou seja, ainda que na génese do seu envolvimento enquanto empreendedor estejam questões como o autoemprego referido na definição anterior, isso não lhe é suficiente, evoluindo e procurando constantemente a criação e valor pela transformação, combinação e reutilização de recursos já existentes. A noção comportamental é explorada no subcapítulo abaixo “Empreendedor”.

Numa fase de conceitualização inicial, o empreendedorismo estava sempre ligado a algum tipo de atividade económica, à exploração de uma oportunidade, processo em que se assume algum risco, com o objetivo de obter algum retorno, normalmente financeiro.

Não obstante, os tempos mudaram. Atualmente, o conceito de empreendedorismo sofreu algumas mutações e os seus propósitos têm sido muito diversificados. Com efeito, há hoje mais aplicações de empreendedorismo do que aquelas que são possíveis

enumerar. No entanto, pode-se dividir o empreendedorismo em duas grandes tipologias – o empreendedorismo corporativo e o empreendedorismo social.

O empreendedorismo corporativo não abrange necessariamente apenas a criação de novas empresas, pode ser um processo de desenvolvimento de uma nova visão, um novo processo ou uma nova forma de fazer as coisas dentro de uma empresa já existente. Através do estímulo da liberdade criativa, os funcionários das organizações são instigados a desenvolver novas estratégias de trabalho, identificando oportunidades e promovendo a existência de resultados positivos na organização na qual trabalham, sendo observados como elementos responsáveis na captação de preferência dos clientes das organizações (Bertherat, 1989). Por outro lado, Chung e Gibbons (1997) referem que o empreendedorismo corporativo é um processo de organização que visa a transformação de ideias individuais em ações coletivas através da gestão de incertezas.

Por último, Seiffert *et al.* (2005) considera que o empreendedorismo tem três pilares fundamentais:

- Aplicação de novas estratégias de trabalho;
- Aplicação de inovações; e
- Existência de *Corporate Venturing*.

No polo oposto, aparece o empreendedorismo social. Este refere-se à atividade empreendedora com fins estritamente sociais. Este conceito surge nos anos 80, numa altura em que a economia mundial se encontrava num estado bastante volátil e em que a estabilidade não era um dado adquirido.

Assim, de acordo com Schwab (2008), os empreendedores ligados às causas sociais começaram a desenvolver soluções apoiadas em inovações de modo a que existisse uma maior coesão e equidade em termos sociais com o objetivo de minimizar o risco de pobreza.

Contudo, dado que se trata de um fenómeno muito recente, não existe muita literatura acerca do conceito, sendo que este tem sido mais aplicado em estudos de caso.

Em suma, de acordo com o que se sabe, o empreendedorismo social está relacionado com a adoção de práticas empreendedoras que procuram obter algum tipo de retorno social, reduzir o risco de pobreza, por exemplo, e não obter retorno financeiro.

2.2.1. O Empreendedor

Um consenso ao qual foi possível chegar é o de que ter um espírito empreendedor implica, por definição, a necessidade de assumir alguns riscos. Iniciar um projeto empreendedor é assumir riscos, desde logo com, a contratação de pessoas, aquisição do equipamento, alocação de recursos e esse deve ser uma das principais preocupações de um empreendedor – minimizar os riscos aos quais o projeto está exposto e as suas incertezas.

Além disso, um projeto empreendedor raramente está sujeito a rotinas, deparando-se constantemente com novos desafios, o que torna difícil, mesmo impossível, ter um plano de ação estandardizado para responder aos constantes desafios. É isso que torna tão difícil ser empreendedor, é necessário estar constantemente a tomar decisões e a assumir as consequências dessas mesmas decisões.

Além disso, os empreendedores são normalmente pessoas peculiares dentro de um universo de pessoas comuns. São génios, muitas vezes, incompreendidos. Têm uma capacidade para perceber os eventos ocorridos no mundo dos negócios de forma diferente dos demais, colocando em causa o *status quo* e fazendo-nos perguntar se a visão destes não será apenas uma loucura, tal como quando foi referido que o futuro passaria por toda a gente ter um computador pessoal, em casa, numa secretária, quando o normal era os computadores ocuparem o espaço de uma sala e necessitarem de ventilação constante.

Com efeito, Soros (1996) refere “cresci a errar e a corrigir os meus erros, num mundo onde as pessoas têm enormes dificuldades em admitir as próprias falhas. Atribuo o meu sucesso à capacidade de perceber com clareza os meus próprios erros e à capacidade de os corrigir mais rapidamente do que as outras pessoas nos mercados financeiros. Só errando e tendo de lidar com as consequências é que se aprende”.

A visão e a realidade dos empreendedores é mesmo esta: quando erram, são severamente punidos pelo mercado, mas o que os diferencia é a capacidade de perceber o motivo pelo qual falharam e de aproveitarem essa falha para crescer, tentar de novo e ter sucesso.

Cantillon (1931) refere que o empreendedor é o indivíduo que assume riscos e não necessariamente o que fornece o capital. Say (1803) concorda com esta visão e acrescenta que o empreendedor é quem assume a coordenação de serviços produtivos com o objetivo de obter lucro, nada tendo a ver com a origem do capital.

O empreendedor antecipa as necessidades futuras de uma organização (Menger, 1871), tem capacidade para lidar com a incerteza associada ao negócio (Knight, 1921) e é o inovador que pratica a destruição criativa (Schumpeter, 1988). Em suma, é alguém que rompe com o *status quo* vigente para introduzir algo totalmente novo e que lida com todos os aspetos decorrentes dessa realidade.

Mais recentemente, Sander *et al.* (1999) adotam uma definição mais abrangente, afirmando que os empreendedores são aqueles que detetam e criam oportunidades, lidam com a incerteza, introduzem novos produtos ou ideias, decidem sobre a afetação de recursos e gerem o negócio em situação de concorrência com outros na partilha de mercado.

Contudo, apesar de se encontrar algum consenso em relação ao que um empreendedor é, faz, ou explora, existem diferenças conceituais naquilo que faz deles aquilo que são.

Por exemplo, os economistas valorizam mais no empreendedorismo a questão da inovação, enquanto os comportamentalistas relacionam mais o conceito com os aspetos criativos e intuitivos dos empreendedores e com as suas necessidades emocionais e motivacionais (Sarkar, 2010).

De acordo com a perspectiva económica, exemplificada por Baumol (1993), existem dois tipos de empreendedores:

- 1) O primeiro cria, organiza e faz funcionar a nova organização, sem que exista necessidade de existir obrigatoriamente algo de inovador no ato que pratica;
e

2) O segundo, tem por características a transformação de ideias e invenções em entidades financeiramente viáveis.

Por outro lado, a ótica comportamentalista foi abordada e desenvolvida por McClelland (1971). O autor separa a população em dois tipos – indivíduo tipo Y e tipo X.

O primeiro é pró-ativo e está disposto a enfrentar novos desafios, mesmo que para isso tenha que assumir riscos, sendo que corresponde, por isso, ao perfil de um empreendedor. Os indivíduos tipo Y são a minoria da população.

Por outro lado, o segundo tipo é um conjunto de pessoas mais acomodado e que não está disposto a assumir os mesmos riscos assumidos pelos primeiros, sendo que isso significa que também não terão acesso aos possíveis retornos que os primeiros poderão obter. São a grande parte da população.

McClelland (1971) defende então que os indivíduos tipo Y e possíveis empreendedores apresentarão as seguintes necessidades:

- Necessidade de realização – é a necessidade do sucesso competitivo, medido em relação a um padrão pessoal de excelência onde cada pessoa tem o seu próprio critério de sucesso, seja ele a realização pessoal, sucesso financeiro ou até mesmo reconhecimento;
- Necessidade de afiliação – representa a procura de relacionamentos afetivos com outras pessoas, sejam elas de caráter cordial ou mais emotivo; e
- Necessidade de poder – visa controlar e influenciar pessoas. Ao existir uma grande necessidade de liderar e das suas ideias prevalecerem ou necessidade de aumentar o estatuto pessoal ou até mesmo o seu prestígio pessoal.

O autor afirma que as motivações e as necessidades de realização são o que distingue os empreendedores dos não empreendedores. Assim, os indivíduos com uma elevada necessidade de realização são aqueles que estão mais sensíveis às mudanças na envolvente e mais abertos a detetar e explorar oportunidades. Em suma, todas as diferenças se devem à estrutura motivacional de cada indivíduo.

2.3. O Microcrédito

Chen e Ravallion (2007) afirmam que mesmo no mundo globalizado em que vivemos, grande parte da população mundial vive na pobreza e não tem ainda acesso a recursos financeiros. Consequentemente, estas pessoas, pela falta de acesso a estes meios, enfrentam desafios enormes para poder iniciar, manter ou desenvolver as suas atividades empreendedoras. Neste sentido, Yunus (2003) refere que estas condicionantes podem levar a que os empreendedores e as suas famílias sejam forçados a abandonar estas atividades e a optar por outras orientadas para a subsistência.

Chiova *et al.* (2015) defendem que os esforços realizados nos últimos anos no que concerne ao desenvolvimento económico e à redução da pobreza estão muito voltados para o empreendedorismo, impulsionado pelas microfinanças.

Neste sentido, o Millenium BCP elaborou, em 2011, um quadro resumo acerca das características do microempreendedor padrão, constante na Tabela 2.

Tabela 2. Empreendedor padrão do microcrédito

Empreendedor “Padrão” do Microcrédito	Homem ou mulher
	Com idade compreendida entre os 26 e os 35 anos
	Com o 12º ano de escolaridade
	Que se encontra desempregado
	Geralmente são clientes excluídos socialmente e financeiramente ou em risco de exclusão
	A capacidade de “ser empreendedor” nasce da necessidade e das próprias circunstâncias impostas pela vida
	Lutador
	Espírito de sacrifício
	Flexibilidade e capacidade de adaptação
	Humilde

Fonte: Adaptado de Microcrédito, Millenium BCP (2011).

Este quadro resumo (Tabela 2.) dá-nos a perspetiva de que, embora pese o facto de estas pessoas poderem descobrir alguma brecha num mercado, algum novo produto ou novo serviço que lhes permita começar um negócio empreendedor de sucesso, a falta de recursos financeiros pode levá-la a não conjugar os esforços necessários para iniciar

novos negócios e explorar novas oportunidades. De acordo com Schumpeter (1934) têm, assim, poucas hipóteses de beneficiar dos efeitos do fortalecimento da sua riqueza através do empreendedorismo. Deste modo, Yunus (1997) afirma que as microfinanças, mais precisamente o microcrédito, vieram revelar-se um instrumento bastante popular para resolver as restrições apresentadas acima.

O microcrédito promove a inserção social dos empreendedores, tendo como objetivo atenuar as diferenças sociais existentes, através da oferta de meios àqueles que não os têm para financiar uma atividade empreendedora. Esses meios possibilitam-lhes ultrapassar com sucesso os obstáculos com os quais se deparam, bem como atribuir viabilidade financeira a um projeto que tem a capacidade de gerar riqueza, não só para o empreendedor que o implementa, mas para a população que usufruirá dele e para os possíveis futuros empregos que poderá gerar.

Todos estes fatores ganham uma enorme relevância quando se pensa em comunidades menos desenvolvidas, já que um sucesso neste tipo de projeto, poderá levar à promoção de uma cultura inovadora e empreendedora, que poderá lançar os alicerces para uma maior aposta no desenvolvimento sustentável daquela comunidade, bem como na melhoria das condições de vida desta.

Schumpeter (1988) afirma que, para atingir o objetivo de desenvolvimento económico são necessários meios financeiros de forma a serem possíveis novas combinações dos fatores de produção e dos fatores financeiros. O autor assume que o empreendedor é um indivíduo que não tem capacidade de autofinanciar o seu projeto, pelo que, é obrigado a recorrer a capitais alheios para o fazer. Mas, se forem tida em conta as características do empreendedor padrão do microcrédito constantes da Tabela 2., verifica-se que este tipo de empreendedores não tem normalmente acesso a um crédito “comum”, já que são desempregados e não dispõem de garantias que permitam ao banco conceder um empréstimo regular. Assim, recorrem ao microcrédito para financiar a sua atividade.

De acordo com a pesquisa levada a cabo por Maes e Reed (2012), desde 2010, mais de 205 milhões de pessoas beneficiaram do acesso ao microcrédito em todo o mundo, o que representa um número bastante significativo da população mundial num conceito que é ainda recente. Ghatak (1999) é um dos académicos que entende o microcrédito como uma ferramenta substituta para os instrumentos tradicionais na concessão de crédito, pelo

que considera que os efeitos positivos gerados pelo microcrédito devem ser maiores em países menos desenvolvidos. Por outro lado, Sen (1999) refuta esta teoria dizendo que existem relações de sinergia entre níveis mais elevados de desenvolvimento social, económico e institucional, pelo que os efeitos do microcrédito sairão beneficiados em países mais desenvolvidos.

Contudo, existem ainda falhas na pesquisa realizada ao longo do tempo, isto é, existe já muita pesquisa feita acerca do impacto da concessão do microcrédito no empreendedorismo, mas esta análise torna-se demasiado superficial quando se tem em atenção os diferentes tipos de empreendedorismo existentes, nomeadamente dois géneros: o empreendedorismo por necessidade e o empreendedorismo espontâneo. Existe ainda falta de literatura que possa comprovar sobre qual dos dois o microcrédito incide mais e entre qual dos dois tem mais e melhor impacto. A realidade é que a literatura existente aponta sempre, ainda que de forma subjetiva, para o empreendedorismo por necessidade. Não obstante, esta distinção não é realizada aquando da recolha e tratamento dos dados nos estudos de caso, o que enviesava e limita a análise a realizar.

Pode então concluir-se que a concessão de microcrédito, segundo a literatura existente, fomenta o empreendedorismo, mas que não é suficientemente esclarecedora quando é abordada a temática dos tipos de empreendedorismo, já que têm características e motivações diferentes. Existe também ainda a dúvida acerca de se o microcrédito é orientado apenas para a criação de novos negócios ou também para a estabilidade e crescimento dos mesmos. Em suma, a relação do microcrédito com o empreendedorismo é ainda uma temática relativamente recente e que não está suficientemente bem explorada, já que existe ainda alguma falta de evidência empírica que possibilite aferir o impacto do microcrédito nos diferentes casos de empreendedores. Contudo, a relação entre o empreendedorismo num sentido lato e a concessão de microcrédito existe e tem vindo a ganhar preponderância ao longo dos anos.

2.3.1. Falha de Mercado: Crédito

Em muitas economias de mercado observam-se falhas no funcionamento económico, mostrando que o mercado não consegue resolver todos os problemas relativos à alocação dos escassos recursos de uma determinada sociedade, como é o caso da Guiné-Bissau.

Nestas economias, a ocorrência de falhas ou imperfeições são a fundamentação para que o Estado tenha uma atuação direta na atividade económica (Resende, 2012).

Em suma, uma falha de mercado pode ser definida como sendo uma situação económica onde um mercado não consegue produzir uma eficiente alocação natural dos seus recursos, ou seja, as transações de mercado, em vez de terem efeitos positivos, acabam por originar mais efeitos negativos para todos, sendo prejudicial tanto para os envolvidos na transação quanto para a restante sociedade (Lima, 2013).

Uma falha do mercado ocorre sempre que os indivíduos de uma determinada sociedade acabam pior do que se não tivessem agido com um interesse próprio perfeitamente racional. Tal grupo ou incorre em demasiados custos ou recebe muito poucos benefícios. Os resultados económicos sob a falha de mercado desviam-se do que os economistas normalmente consideram ótimo, não sendo economicamente eficientes. As falhas de mercado podem ocorrer por várias razões, como se pode verificar na Tabela 3.

Tabela 3. Tipos de falhas de mercado

Tipo de Falha de Mercado	Descrição
Externalidades Positivas	Bens/serviços que dão o benefício a terceiros (exemplo: menos congestionamento de trânsito devido a um maior número de pessoas a usar transportes públicos).
Externalidades Negativas	Bens/serviços que impõem um custo a terceiros (exemplo: fumo passivo e doenças associadas).
Bens de Mérito	As pessoas costumam subestimar o benefício de um bem, como por exemplo, da educação. Também pode ter externalidades positivas.
Bens de Consumo	As pessoas costumam subestimar os custos de um bem, como por exemplo, do tabaco/fumar. Também pode ter externalidades negativas.
Bens Públicos	Bens que não têm concorrência nem podem ser excluídos, como por exemplo, a polícia. Num mercado livre muitas vezes os bens públicos não são fornecidos.
Poder de Monopólio	Quando uma empresa controla um determinado mercado (possuindo uma elevada quota de mercado) e pode fixar preços elevados dos seus bens e produtos.
Desigualdade	Distribuição injusta de recursos no mercado livre, por exemplo, pessoas que vivem na pobreza, exclusão social.
Fator imobilidade	Por exemplo, a existência de imobilidade geográfica/ocupacional. Quando existem várias ofertas de

	emprego numa determinada localização, mas é difícil para os desempregados mudarem-se e arranjam emprego.
Agricultura	A agricultura está frequentemente sujeita a falhas de mercado, devido à volatilidade dos preços, às flutuações meteorológicas e às externalidades.
Falha de Informação	Quando não existe informação disponível para se fazer uma escolha acertada
Problema do Agente Principal	Dois agentes com objetivos e assimetrias de informação diferentes. Por exemplo, seleção adversa em que o comprador ter menos informação do que o vendedor.
Risco Moral	Quando os indivíduos têm incentivo para mudar o seu comportamento quando outros assumem o risco. Por exemplo quando os bancos são assegurados pelos governos, os banqueiros tomam decisões arriscadas, podendo levar a perdas bancárias.
Instabilidade Macroeconómica	Quando uma economia entra em recessão prolongada, ou quando o desemprego é elevado, ou outro tipo de instabilidade.

Fonte: Lima (2014)

O crédito pode ser visto como um evento económico onde se inserem várias falhas de mercado. Segundo a teoria económica, e se existissem, efetivamente, mercados de créditos perfeitos, qualquer tipo de investimento que fosse passível de cobrir os seus custos iria ser realizado. No entanto, o que se verifica é que no mercado de crédito existem várias imperfeições, o que faz com que os agentes dependam em grande parte da sua dotação inicial (Chein & Silva, 2014). Assim, e de acordo com Galor e Zeira (1993), países que têm um nível semelhante de desenvolvimento, mas com distribuições iniciais de riqueza diferentes, podem atingir vários níveis de desenvolvimento, onde se observam vários tipos de equilíbrio.

O mercado de crédito, mais precisamente o seu funcionamento, constitui-se um elemento central para a compreensão da pobreza, da informalidade e da desigualdade de rendimentos. Num mercado imperfeito, quando um empreendedor precisa de uma determinada quantia para investir e não possui todo o valor necessário, a forma mais normal de obter esse dinheiro é pedindo um crédito. No entanto, em mercados de crédito imperfeitos, o que acontece é uma falha de mercado, nomeadamente, a falha de informação (ou informação assimétrica). Assim para ultrapassar, quem empresta teria que incorrer a elevadas quantias de modo a monitorizar os principais agentes de crédito, para que estes apenas escolhessem os investimentos com maior probabilidade de garantia de pagamento (Chein & Silva, 2014). Ou seja, num mercado imperfeito, característica dos

países em vias de desenvolvimento como é o caso da Guiné-Bissau, é muito complicada a obtenção de crédito tendo em consideração esta informação assimétrica.

Nestes mercados existe ainda outra falha, o risco moral. Tal acontece quando os agentes apresentam condições para pagar o empréstimo, mas devido a um sistema legal fraco e a falta de punições severas, voluntariamente, optam por não pagar à entidade que empresta, colocando em risco a sua subsistência (Chein & Silva, 2014).

O que acontece, então, é que diante de falhas de informação e de risco moral, os emprestadores vão escolher a quem emprestam o dinheiro, nomeadamente, aqueles que lhes podem conceder garantias de pagamento. Estas falhas de mercado fazem com que os créditos, em países como a Guiné-Bissau, sejam uma opção não viável para a população mais pobre, que não apresenta garantias de que o pagamento do empréstimo será efetivamente realizado, o que provoca uma restrição de crédito, dificultando deste modo ações empreendedoras conduzidas por aqueles com menos posses (Stiglitz & Weiss, 1986)

2.3.2. Microcrédito como estratégia de luta contra pobreza e exclusão social.

A pobreza é normalmente associada aos países em vias de desenvolvimento, nos quais a subnutrição, a fome e a falta de água limpa e potável são desafios quotidianos. Contudo, a Europa também é afetada pela pobreza e pela exclusão social, apesar de estes problemas poderem não ser tão gritantes, são ainda assim inaceitáveis (Costa, 1998).

Sendo a pobreza um fenómeno social, é a **“síntese de múltiplas determinações”**. Portanto, é consequência da exploração e expropriação do processo de produção económica, em que o aumento da pobreza passa a ter significado explicativo na medida em que se desmonta a funcionalidade do sistema económico que a gera. Não obstante, a pobreza como fenómeno social inquieta de diversas maneiras, seja porque ela evidencia o sistema económico como fonte de desigualdade ou pelo fato de tornar-se um perigo constante frente à ténue ordem estabelecida (Maciel, 2008).

Grande parte dos estudos económicos e políticos tem-se dedicado à questão da pobreza, tratando-a como uma questão de desigualdade, sem distingui-la analiticamente

da exclusão. No entanto, Santos (1995) sublinha a diferença entre desigualdade e exclusão, já que a desigualdade é um fenómeno socioeconómico, que assenta na noção de igualdade, enquanto a exclusão se funda no carácter essencial da diferença e é um fenómeno da civilização.

De modo bastante simples, pode-se dizer que pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras (Monteiro, 2003).

Já o conceito de Exclusão Social é anterior à década de 80, tendo surgido em França nos anos 60, referia-se à marginalização face a bens e serviços que parte da população tinha acesso. Encara a pobreza como problema individual ligado ao liberalismo económico tomando como mediação da pobreza a base de rendimento, análises económicas e critérios macroeconómicos associados ao crescimento (Costa, 1998).

Esta denominação de exclusão prende-se sobretudo com razões de escolha política, sendo que alguns países europeus não reconhecem a existência de pobres no seu seio. Assim a sociedade capitalista assenta no crescimento económico que conduzirá a melhores condições de vida e de bem-estar e à diminuição da pobreza (Costa, 1998).

A ausência ou insuficiência de recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos é enquadrada teoricamente pelo conceito de exclusão social. Contudo, este e o fenómeno de pobreza divergem entre si, sendo que uma das principais diferenças se reporta às modalidades de identificação (Almeida *et al.*, 1994).

Segundo Lamarque (1995), é fácil identificar as situações de pobreza, tendo por referência um *standard* mínimo em termos de rendimentos e nível de vida. A exclusão, por seu turno, é um processo mais complexo em que causas e consequências aparecem entrelaçadas entre si, não sendo um processo redutível a situações de carência, em termos de recursos patrimoniais individuais ou globais (Lamarque, 1995).

Enquanto a pobreza é sobretudo um processo estático (um “estado”), a exclusão é um processo dinâmico, associado a uma trajetória que conduziu à marginalização, presenciando-se a acumulação de *handicaps* vários (raturas familiares, carências habitacionais, isolamento social, etc.). A exclusão recobre situações de precariedade e situações de risco, sendo um fenómeno que afeta cada vez mais indivíduos,

nomeadamente os provenientes de um leque cada vez mais amplo de grupos sociais (Rodrigues *et al.*, 1999)

A exclusão refere-se à não incorporação de uma parte significativa da população à comunidade social e política, negando sistematicamente os seus direitos de cidadania, envolvendo a igualdade de tratamento ante a lei e as instituições públicas e impedindo o seu acesso à riqueza produzida no país (Fleury, 2002).

De uma forma mais profunda, a exclusão implica a construção de uma normatividade que separa os indivíduos, impedindo a sua participação na esfera pública. Trata-se de um processo relacional e cultural que regula a diferença como condição de não inclusão, apresentando também uma manifestação territorial (Santos, 1993).

Esta fratura sociopolítica, que se manifesta na convivência numa mesma sociedade de uma dupla institucionalidade, impede a constituição das dimensões nacional e democrática, retirando legitimidade ao exercício do poder e restringindo a esfera pública (Fleury, 2002).

O microcrédito promove a inserção social dos empreendedores, tendo como objetivo atenuar as diferenças sociais existentes, através da oferta àqueles que não têm meios para financiar uma atividade empreendedora, de meios que lhes possibilitem ultrapassar com sucesso as atividades com as quais se deparam, bem como atribuir viabilidade financeira a um projeto que tem a capacidade de gerar riqueza, não só para o empreendedor que o implementa, mas para a população que usufruirá dele e para os possíveis futuros empregos que poderá gerar.

Todos estes fatores ganham uma enorme relevância quando se pensa em comunidades menos desenvolvidas, já que um sucesso neste tipo de projeto, poderá levar à promoção de uma cultura inovadora e empreendedora, que poderá lançar os alicerces para uma maior aposta no desenvolvimento sustentável daquela comunidade, bem como na melhoria das condições de vida.

Schumpeter (1988) afirma que, para atingir o objetivo de desenvolvimento económico são necessários meios financeiros de forma a serem possíveis novas combinações dos fatores de produção e dos fatores financeiros. O autor assume que o empreendedor é um indivíduo que não tem capacidade de autofinanciar o seu projeto, pelo que, é obrigado a

recorrer a capitais alheios para o fazer. Mas, se for tido em conta o conteúdo da Tabela 2., verifica-se que este tipo de empreendedores não tem normalmente acesso a um crédito “comum”, já que é normalmente desempregado e não dispõe de garantias que permitam ao banco conceder um empréstimo regular. Assim, recorre ao microcrédito para financiar a sua atividade.

2.3.3. Funcionalidade do microcrédito

Como que já foi visto, o principal objetivo do microcrédito é a erradicação da pobreza e da exclusão social (Yunus, 2008). As instituições de microcrédito funcionam, então, como uma importante ferramenta para a estratégia de erradicação da pobreza nos países em vida de desenvolvimento, sendo que os objetivos destas instituições, de acordo com Psico (2007) são os seguintes:

1. Servir um número crescente de pessoas pobres e excluídas, de uma forma contínua e sustentável, tanto pela sua abrangência como pela profundidade de alcance;
2. Melhorar a qualidade e a adequação dos produtos e serviços financeiros, tendo em conta o público-alvo, realizando, para tal, avaliações sistemáticas e contínuas das necessidades específicas;
3. Criar benefícios para os clientes e para as famílias, de modo a reforçar os seus rendimentos e os laços sociais das comunidades, com finalidade de criar ativos, de reduzir situações de vulnerabilidade, satisfazendo sempre as necessidades básicas dos clientes e das suas comunidades; e
4. Melhorar a responsabilidade social da instituição de microfinanças relativamente aos seus empregados e às suas comunidades.

O microcrédito é, então, um instrumento essencial de desenvolvimento, sendo que, através de pequenos empréstimos, muitas vezes valores insignificantes aos olhos ocidentais, milhões de famílias pobres asiáticas, africanas e sul americanas melhoraram as suas condições socioeconómicas, com inquestionável benefício para as comunidades onde se encontram inseridas. O blog Angola In (2009), enumerou as várias vantagens que o microcrédito apresenta, no caso específico do desenvolvimento de África, onde se insere a Guiné-Bissau, conforme conteúdo da Tabela 4.

Tabela 4. As vantagens do microcrédito no continente africano

Vantagens do Microcrédito	
Políticas Sociais	Empreendedorismo
Promove a iniciativa comercial	Cria novas empresas
Promove a mentalidade da verdade, compromisso e responsabilidade	Cria novos negócios
Promove a diminuição da taxa de desemprego e da exclusão social	Cria novos empregos
Promove uma boa imagem dos bancos	Cria a sustentabilidade e prosperidade das populações desfavorecidas
Promove a formação e a qualificação dos beneficiários	Cria a produtividade e inovação nos respetivos setores a investir
Promove estratégias e medidas alternativas para pessoas desempregadas, inativas e reformadas	Cria a competitividade e crescimento da economia local e nacional

Fonte: Angola In (2009) – Microcrédito ao serviço da Paz.

Assim, o microcrédito tem como finalidade e como missão a criação de, pelo menos, um posto de trabalho associado a cada empréstimo, podendo ser acrescentando mais um posto de trabalho (geralmente um familiar). Assim, a luta contra a pobreza e a exclusão social e económica exige um acompanhamento especializado.

CAPÍTULO III - GUINÉ-BISSAU E O MICROCRÉDITO

Neste capítulo primeiramente será efetuada uma resenha histórica da Guiné-Bissau. Seguidamente abordar-se-á a sua situação socioeconómica, formalidade legal e a MPC DIVUTEC.

3.1. Resenha histórica

A República da Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental de África, delimitada pelo Senegal, Guiné-Conakry e oceano Atlântico. Caracteriza-se como um país com uma elevada heterogeneidade cultural e linguística, promovida pelo elevado número de etnias existentes, ascendendo a vinte, assim como, pelo ambiente de confraternização religiosa entre católicos (5%), muçulmanos (35%) e animistas (60%).

O seu território administrativo encontra-se dividido em três províncias centrais: Norte, Leste e Sul, e um setor autónomo: Bissau. Por sua vez, as províncias dividem-se em regiões, subdivididas em setores (Cruz, 2007).

O clima, solo e recursos de um país são extremamente importantes para o seu desenvolvimento. O clima da Guiné-Bissau em geral é tropical húmido com duas estações, a das chuvas, de junho a novembro, e a estação seca, de dezembro a maio, e a temperatura anual varia entre 24-27°C, com uma humidade relativa média muito acentuada, cerca de 70%, influenciada essencialmente pelo regime de ventos, pluviosidade e proximidade com a costa (Cardoso & Augel, 1992).

Antes dos portugueses chegarem, este país era designado de Bissau e com a invasão, em 1446, por Álvaro Fernandes, passou a ser chamada de Guiné Portuguesa. Foram inúmeras as expedições, após a invasão, com carácter comercial (Cardoso & Augel, 1992). Estes autores apresentam, ainda, cinco razões para a conquista da Guiné:

- Vontade de conhecer o território além das Canárias e do Cabo Bojador;
- Motivos comerciais na troca de produtos;
- Grande poderio mouro naquela região;
- Verificar a existência da religião cristã na região; e
- Expansão da fé cristã.

De acordo com Cardoso e Augel (1993) o povo guineense encontrava-se com más condições de vida, sujeito a pagamentos de impostos aos chefes tribais. Com a invasão portuguesa o tráfico de escravos da Guiné-Bissau foi arrendado a particulares, sendo que os moradores de Santiago podiam negociar livremente. A única preocupação foi proteger as feitorias costeiras e assegurar o comércio de escravos sem que a soberania fosse além da área necessária para este efeito. Contudo, as rivalidades existentes entre as diferentes etnias não permitiram a criação de uma força capaz de impedir fontes invasoras.

Com a divisão dentro do próprio país foi fácil para os portugueses imporem o seu domínio e o emprego de violência foi raro, optando por explorar as diferenças para governar com forças reduzidas (Cardoso & Augel, 1993).

Com o colonialismo português o país foi submetido a uma exploração, com a cobrança de elevados impostos e a venda a baixo preço dos produtos camponeses, como o amendoim, arroz, inhame e batata-doce. Neste sistema, a população que vivia da agricultura era obrigada a pagar impostos, para não ser submetida a trabalho escravo, e a produzir excedentes que eram exportados para Portugal que, por sua vez, pagava com mercadorias que eram trocadas pelos excedentes. Importa reforçar a ideia de que a troca de produtos com outros países era expressamente proibida, bem como o estabelecimento de parcerias comerciais.

Uma das dificuldades encontradas pelos nativos foi a barreira linguística. Com a instalação de uma administração centralizada e uma rede comercial, os portugueses criaram também infraestruturas indispensáveis à atividade económica, como portos e estradas. E em todos os grupos étnicos passou a existir a língua comum, o crioulo. Em 1958, surgem os primeiros nacionalistas, com a ideia da criação de uma oposição organizada e generalizada ao domínio português, pela independência nacional e constituição do território da Guiné-Bissau como Estado soberano.

Nesta linha histórica surge o primeiro partido pró-transformação profunda socioeconómica das populações da Guiné-Bissau e Cabo Verde, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC).

PAIGC foi o catalisador da abolição das barreiras impostas pelos portugueses, sendo que durante a sua luta armada este partido constituiu órgãos de todos os níveis e forças armadas, procurando evitar a segregação de etnias (Santos, 1989). As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) não possuíam bases fixas nem regiões de ação delimitadas, sendo formadas por elementos de diversos grupos (Santos, 1989). Por conseguinte, o sentido de unidade da população guineense aumentou profundamente, com a criação de laços de solidariedade e interdependência entre os diferentes grupos étnicos.

A luta pela libertação traduziu-se em dez anos de guerra de resistência contra o domínio português, manifestando-se em profundas sequelas económicas, infraestruturais, humanas e sociais. Não obstante, em termos internacionais, a luta ideológica na qual se baseava a independência, não favoreceu a reconstrução nacional e a reconciliação (Monteiro, 1996). Nas últimas quatro décadas a história da Guiné-Bissau tem sido marcada por diversos episódios de violência, que influenciaram a sua atividade política,

social e cultural, provocando um grande atraso económico e uma extrema pobreza (Cardoso & Augel, 1993).

De todos os episódios de violência que ocorram no país após a libertação, a Guerra de 7 junho, em 1998 representa um marco histórico pelo confronto da maioria das caras da luta pela anterior libertação nacional. Com esta crise político-militar verificou-se o aumento do ódio e do ressentimento entre os guineenses, deixando profundas sequelas, com a destruição de infraestruturas e milhares de mortos. Mais ainda, o conflito interrompeu os esforços feitos até então para o crescimento económico verificado (Voz di Paz, 2010).

Na sequência deste grande conflito sucederam-se vários episódios de violência, observando-se sobressaltos políticos e militares, com golpes de estado, desordem e disputas eleitorais com ameaças militares. Por tudo isto, o país tornou-se num foco de instabilidade crónica (Voz di Paz, 2010).

No contexto guineense atual, tanto o estatuto como a estratificação social apresentam situações bastante difíceis de descortinar e constituem dilemas de extrema importância na compreensão dos conflitos guineenses a nível social, político e militar. Efetivamente, alguns dos contributos demonstram que os critérios de definição e de edificação destes dois conceitos, e a sua consequente interpretação, estão intrinsecamente ligados à política e aos interesses do poder colonial, que são, nomeadamente, as consequências da política colonial e as experiências vividas durante o período da luta de libertação nacional, que permitiram a dicotomia das classes sociais (Monteiro, 1993).

Enquanto os promotores da ideologia que permitiu a mobilização da massa para a luta armada eram da estrutura da elite crioula, a massa popular era liderada pelos grupos étnicos (nos quais o grupo Balanta era o mais representado) que reivindicavam ser os promotores da independência e os detentores do espaço territorial guineense. Na realidade, a participação e o papel desempenhado por cada uma das estruturas na luta de armada permitiu que, e logo após a independência, se pudesse testemunhar o dilema entre a estratificação social, que é reivindicada pela estrutura crioula, e o estatuto social reivindicado pelos representantes dos grupos étnicos. Assim, depois da declaração de independência, em 1973, foi imposta uma nova lógica das relações de poder na construção do Estado. Por um lado, a direção política do PAIGC (principal partido para a libertação

do povo da Guiné e Cabo Verde), representada por indivíduos da elite crioula, era a indicada para governar o novo Estado independente, por outro, uma outra estrutura que gozava de um certo prestígio e estatuto ambicionava uma posição de reconhecimento perante a sociedade em geral e no aparelho administrativo do novo Estado (Lopes, 1999).

Assiste-se, portanto, a um novo Estado, que emerge da luta de libertação nacional e se defronta com a difícil tarefa de harmonizar e de dinamizar os processos sociais, políticos, culturais e económicos conducentes à formação da Nação guineense. Como a complexidade das estruturas étnicas, sociais e político-militares não contribuiu para a formação do Estado e nação guineense, os critérios de seleção e de estratificação social foram, na maior parte, herdados pela estrutura crioula do partido que mais contribuiu para a conquista da independência, o PAIGC. Este partido, nos primeiros anos de independência, tentou exercer a sua função político-ideológica, através de promoções de dirigentes, heróis da luta, para os altos cargos do Estado. Contudo, esta filosofia enfraqueceu com a necessidade de promover certas competências técnicas, as quais eram impostas na edificação dos modelos de desenvolvimento, o que, segundo a perspectiva de muitos, colocava em perigo os laços da unidade nacional, testemunhando, por conseguinte, a condição de refém de um Estado (Cardoso, 1989).

3.2. Situação socioeconómica

Economicamente, a Guiné-Bissau configura-se entre os países mais pobres do mundo, sendo altamente dependente do setor agrícola, que é dependente das flutuações meteorológicas. Em 2018, ocupava o 178º lugar entre 189 países. O baixo Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a pobreza, embora generalizado, apresenta uma maior incidência nas zonas rurais. Em 2010, cerca de 1,2 milhões de pessoas (67%) eram pobres.

Aproximadamente 80% dos pobres vivem em zonas rurais e praticam agricultura de subsistência, sendo a taxa de pobreza inferior nas zonas urbanas, no ano de 2018. Com 0,50, o coeficiente de Gini indica que a desigualdade na Guiné-Bissau é elevada em relação ao resto de África e aos padrões dos países de baixos rendimentos. Os dados de 2010 da distribuição de consumo indicam que os 10% da população que mais consome,

é responsável por um consumo 28 vezes superiores (42%) aos 10% da população que menos consome (1,5%) (World Bank, 2019)

Em 2018, a agricultura representava cerca de 56% do PIB, sendo responsável por praticamente todas as exportações, continuando a ser a principal fonte de emprego nas zonas rurais. O caju configura-se como a principal produção, representando 98% do total das exportações, com ligação a outros setores, como o processamento intensivo de caju, o seu transporte e comércio (World Bank, 2019).

Segundo o mesmo documento, estima-se que o crescimento económico em 2018 tenha diminuído para os 3,8%, quando em 2017 foi de 5,9%, uma vez que, devido a condições climáticas adversas, se verificou um decréscimo na produção da castanha de caju, fazendo com que as exportações deste produto tenham diminuído cerca de 25%. As flutuações nos preços internacionais do caju assim como as implicações fiscais continuam a ter uma grande influência na exportação deste produto (World Bank, 2019).

A Guiné-Bissau é um Estado frágil, caracterizado pela instabilidade política. O país é um dos países mais propensos a golpes de Estado e politicamente instáveis do mundo. Para além dos golpes militares, as frequentes mudanças de governo são outra manifestação da instabilidade política, sendo que, em 2018, o índice de fragilidade do país era de 96,

Em 2019 a Guiné-Bissau ocupava a posição 173^a no ranking de *Doing Business* de entre 190 países, sugerindo que as condições são muito difíceis para desenvolver o empreendedorismo neste frágil contexto.

A instabilidade política e o fraco desempenho económico têm contribuído para elevadas taxas de pobreza e desigualdade. Estimativas baseadas na abordagem internacional preveem uma ligeira tendência para a diminuição da pobreza desde 2017.

3.3. Formalidade legal

As instituições de microfinanças, onde as instituições de microcrédito se incluem, surgiram na Guiné-Bissau nos anos 90 do século XX, pela mão de Organizações Não

Governamentais, de projetos de desenvolvimento e de associações da sociedade civil sem fins lucrativos, sendo que a primeira instituição de microfinanças registrada no país foi criada em 2003 (Ezekwesili; *et al.*, 2010).

Por essa altura, 2003, a grande parte das organizações de microfinanças eram regidas pela legislação aplicada às ONGs e aos seus projetos, nomeadamente, a legislação da Célula de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Solidária, Poupança e Crédito (CADESCP) (Adéchoubou *et al.*, 2003). Até ao ano de 2003, as microfinanças encontravam-se pouco desenvolvidas, geralmente, em fases piloto, sendo que os produtos que eram oferecidos eram pouco diversificados, e as organizações apresentavam várias limitações como por exemplo, fraca capacidade de gestão, recursos humanos não qualificados e sem experiência, ausência de plano de desenvolvimento, falta de sistema de gestão de informação, limitada estrutura financeira e nível de operações insuficientes para permitir a sua rentabilidade (Adéchoubou *et al.*, 2003).

Apesar desta incipiência, tendo em conta Adéchoubou *et al.* (2003) e os relatórios do Banco Central dos Estados da África do Oeste, identificaram-se três categorias gerais de instituições de microfinanças a operar na Guiné-Bissau:

- Caixas de Poupanças e Créditos: dizem respeito a instituições que realizam a recolha de poupanças para, posteriormente, apresentarem a capacidade de fornecer crédito aos seus clientes. Nesta categoria encontram-se incluídas associações mutualistas e cooperativas. As associações mutualistas apresentam uma gestão profissional e uma maior dimensão, enquanto as cooperativas (também conhecidas por grupos) se encontram localizadas em aldeias, e são geridas por voluntários;
- Instituições de Microcrédito: fornecem crédito tendo em conta o seu próprio capital ou linhas de crédito, sendo que nesta categoria, as poupanças não apresentam o papel central. Nesta categoria a gestão é feita pelas próprias instituições, em nome de parceiros locais ou internacionais; e
- Projetos relacionados com as microfinanças e iniciativas das ONGs e instituições governamentais: esta categoria diz respeito à combinação de esforços entre as diferentes entidades, desenvolvendo serviços financeiros com ações ao nível sociocomunitário. Estes projetos podem oferecer microcrédito diretamente às

populações, podendo-se transformar em formatos mais formais de instituição de microfinanças, tal como se verifica atualmente na Guiné-Bissau.

Apesar de existirem poucos trabalhos sobre as razões que levam a população guineense a procurar estas instituições de microfinanças, no seu estudo sobre o contexto económico do país, Adéchoubou *et al.* (2003) identificaram os principais serviços procurados pelas famílias guineenses: depósitos para assegurar o rendimento das famílias, para fazer poupanças relativamente a despesas futuras e/ou a permitir-lhes ter a capacidade para lidar com situações inesperadas; crédito para atividades geradoras de rendimentos essencialmente de curto-prazo e relacionadas com a agricultura (inputs, matérias primários, pequenos comércios, transformação, artesanato, ...); e crédito para despesas de consumo, sociais ou tradições religiosas.

De acordo com um relatório de 2016 do Banco Central dos Estados da África do Oeste, e apesar de existir uma procura dos serviços de microfinanças, na Guiné-Bissau, este setor ainda está num estágio muito primitivo, sendo caracterizado por graves deficiências ao nível da gestão, pela ausência do controlo interno e pelo desrespeito pelas normas prudenciais, nomeadamente textos legislativos e regulamentos aplicáveis aos Sistemas Financeiros Descentralizados da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, do qual a Guiné-Bissau faz parte. Estas normas incluem: limitações de exposição ao risco dos sistemas; cobertura dos empregos a médio e longo prazo dos recursos estáveis; limitação de empréstimos aos dirigentes e ao pessoal; limitação dos riscos assumidos numa única assinatura; coeficiente de liquidez; limitação das operações diversas das atividades de poupança e de crédito; reserva legal; normas de capitalização; limitação da detenção de participação.

De acordo com o mesmo relatório, nos finais de 2016, as instituições de microfinanças da Guiné-Bissau, no seu geral, eram caracterizadas por uma gestão deficiente, uma grande degradação da carteira de crédito, reduzida transparência dos dispositivos contabilísticos e sérios problemas de liquidez (que resultavam, muitas vezes, na incapacidade de satisfazer os levantamentos dos depósitos). Esta realidade, faz com que se observe uma perda de confiança por parte dos parceiros financeiros e a generalização de um clima de descrédito junto da população relativamente à capacidade real das instituições de microfinanças de satisfazer as necessidades básicas de emergência social que lhes são associadas (Banco Central dos Estados da África do Oeste, 2017).

De facto, os indicadores do Banco Central dos Estados da África do Oeste, de 2015, mostram um desempenho das instituições de microfinanças bastante abaixo dos restantes países da mesma região. Em termos de valores, nesse ano, a taxa de penetração demográfica das microfinanças estava nos 0,23% e a taxa de utilização dos serviços de microfinanças era de 0,67% da população total e 1,18% da população maior de 15 anos. A parcela dos adultos com depósitos nas instituições de microfinanças era cerca de 1,18% e a taxa de penetração geográfica dos serviços de microfinanças estava nos 0,55% (Banco Central dos Estados da África do Oeste, 2017).

As instituições do setor das microfinanças concentram-se na capital, Bissau. A totalidade destas instituições são de iniciativa privada e criadas com base em depósitos e empréstimos ou projetos cooperativos com componente de crédito.

3.4. A MPC-DIVUTEC

A MPC-DIVUTEC foi criada a 5 de novembro de 2004, tendo iniciado a sua atividade de microcrédito na Guiné-Bissau no ano de 2008, após a aprovação da lei nº 9/2008, de 26 de agosto, que autoriza a criação dos sistemas financeiros descentralizados no país.

Desde a sua criação que a MPC-DIVUTEC aposta no reforço e na promoção do potencial económico da mulher, sendo este o seu eixo principal de atuação. Esta aposta não só assenta no conhecimento profundo das situações em que se encontra a mulher na sociedade guineense, mas também nas imensas vulnerabilidades que apresenta no seu quotidiano, sobretudo nas zonas rurais. Tais vulnerabilidades, geralmente baseadas em crenças erróneas diárias, apresentam várias consequências que se refletem na vida educativa e social dos filhos.

As zonas de intervenção da MPC- DIVUTEC são: o Sector Autónomo de Bissau e as regiões que compõem as suas províncias, nomeadamente a região de Bafatá e Gabu (Leste), Tombali e Quinara (Sul) e Biombo (Norte). Estas últimas são zonas caracterizadas por um elevado nível de pobreza, onde faltam condições de saúde e de saneamento básicas (como por exemplo o acesso a água potável) e infraestruturas escolares e económicas. A instituição tem duas agências na Guiné-Bissau: Uma em Bissau e a outra situada na região leste do país, concretamente em Gabu.

Para além das associações, a MPC-DIVUTEC conta com colaboração de algumas instituições e organismos, como é o caso do Ministério da Economia e Finanças, o Ministério da Solidariedade Social, Família e Luta contra a Pobreza, agências das Nações Unidas, agência do Banco Mundial, agência do Banco Africano para o Desenvolvimento, SNV (Organização Holandesa do Desenvolvimento) e agrupamentos de base comunitária, trabalhando em conjunto e seguindo princípios que orientam o funcionamento da mesma e direcionam os interessados para o microcrédito.

Relativamente ao seu funcionamento, a MPC-DIVUTEC possui uma comissão de crédito que é responsável pela sua gestão, conforme as diretrizes e os procedimentos pré-estabelecidos no âmbito da política de crédito. Com base no conhecimento, a instituição, oferece aos membros os seguintes serviços financeiros que no seu entendimento podem ajudar pequenos empreendedores a melhorarem as suas situações desfavoráveis, aumentar o seu rendimento e, conseqüentemente, a sua qualidade de vida:

- Sistema Mutualista: diz respeito a um serviço direcionado aos membros com poder de poupança e sem condições de acesso ao sistema bancário tradicional; e
- Promoção de Caixa de Poupança e Crédito: para todos aqueles com dificuldades em realizar poupanças.

A MPC-DIVUTEC tem contas abertas em algumas instituições financeiras do país, nomeadamente no BAO, desde 2004, ECOBANK, desde 2008 e ORABANK, desde 2010, dando assim segurança aos fundos

No entanto, a MPC-DIVUTEC não tem acordo de cooperação com essas instituições financeiras nos domínios de avaliação dos projetos, especificamente nos estudos da viabilidade, sustentabilidade dos projetos e na concessão de créditos aos seus membros/candidatos.

Na sua política de concessão de crédito, uma das condições necessárias é a abertura de uma conta nos livros da instituição, mediante um depósito, na mesma conta, no valor de 7000 mil francos CFA, que corresponde aproximadamente a 11€, conferindo o direito de ser membro e ao mesmo tempo cliente da MPC-DIVUTEC. Cumulativamente, o requisitante do microcrédito tem que ter obrigatoriamente 18 anos ou mais, podendo possuir ou não um negócio. Após a execução de todas as formalidades legais recomenda-

se a participação do membro/cliente nas atividades da organização durante três meses. Tais atividades compreendem o depósito e levantamentos na conta aberta no livro da instituição, participação nas formações que são vistas como o ato da “Moralidade” que por sua vez é considerado como elemento de confiança na avaliação do projeto proposto, sendo uma das condições indispensáveis para a aprovação do projeto requisitante do crédito.

O técnico da DIVUTEC procura inteirar-se das condições socioeconómicas dos seus membros, e de colocar em prática as suas ideias de negócio, nomeadamente tentar perceber até que ponto o projeto é sustentável de forma a transformar-se numa pequena empresa ou numa entidade geradora de postos de trabalho.

Depois, estando cumpridas as condições de moralidade e de viabilidade do projeto, o técnico da MPC-DIVUTEC apresenta o pedido do interessado à comissão de crédito que vai apreciar o projeto em conformidade com as demais normas pré-estabelecidas. No caso de o parecer ser favorável, o membro/cliente é contactado por via telefónica, seguindo diretamente para a tesouraria da MPC-DIVUTEC de modo a levantar o montante em causa. Apesar de não haver a necessidade de um fiador, em caso de não cumprimento é detido 25% do total do empréstimo como garantia.

A MPC-DIVUTEC vai, então, acompanhar o membro na implementação do seu negócio e durante um ano do empréstimo, nomeadamente monitorizado o seu desempenho. Existe a possibilidade de negociar a taxa de juro anual de 24%, que equivale a uma taxa de juro mensal de 2% sobre o montante do empréstimo em regime regressivo, para 1% ou 1,5% em algumas prestações mensais. Neste caso o beneficiário pagará o total do empréstimo em doze meses.

Segundo o relatório de atividade económica da MPC-DIVUTEC de 2020 foram aprovados cinco projetos de crédito em 2020. No total a MPC-DIVUTEC, através das diretrizes dos sistemas financeiros descentralizados, já concedeu créditos a mais de trinta e dois empreendedores. Apesar da importância desta ferramenta, os números demonstram uma diminuição de novos projetos por ano, sendo que entre 2018 e 2019 foram aprovados vinte e sete projetos.

CAPÍTULO IV - METODOLOGIA E DADOS

4.1. Metodologia

Neste capítulo é feita a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados com o intuito de atingir os objetivos antes enunciados, garantindo assim a fundamentação das opções metodológicas tomadas, permitindo a replicação do estudo, de modo a haver a verificação da veracidade do mesmo.

Fortin (2009) refere que é na fase da Metodologia que se deve operacionalizar o estudo, ou seja, precisar o tipo de estudo, as definições operacionais das variáveis, o meio onde se desenrola o estudo e a população deste mesmo estudo.

Como explica Fortin (2009), a metodologia consiste no “conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica”, acrescentando ainda que, “é um plano criado pelo investigador com vista a obter respostas válidas às questões de investigação colocadas ou às hipóteses formuladas”. Desta forma, a metodologia e por isso, os métodos e as técnicas utilizadas para estudar determinado fenómeno, vão sempre depender do tipo de estudo que se pretende realizar.

De acordo com Graue e Walsh (1998) o objetivo da investigação é conhecer cada vez mais e de forma mais clara o mundo que nos rodeia de modo a transformá-lo num lugar melhor. Investigar é, portanto, “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos dados e novos factos, relações ou leis em qualquer campo de conhecimento” (Marconi & Lakatos, 2003). Pode-se ainda afirmar que investigar é uma atitude e uma prática de procura permanente da realidade e da verdade, um procedimento ou um conjunto de procedimentos que se inicia com um processo de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico para conhecer as realidades ou novos fatos, sendo um processo de construção do conhecimento e ainda uma forma de confirmar ou impugnar um conhecimento ou um saber existente (Blaxter, Hughes & Tight, 2005).

Neste trabalho, o modelo de investigação aplicado foi um modelo quantitativo. Devido às características da presente investigação pode-se dizer que nos encontramos perante uma pesquisa exploratória, pois pretende-se chegar a um entendimento geral do

problema, ou seja, analisar a sustentabilidade dos projetos que foram desenvolvidos tendo como base o microcrédito.

Com a elaboração deste trabalho pretende-se dar respostas às seguintes questões de investigação:

— Existiu uma melhoria, incontestável, na qualidade de vida dos beneficiários do microcrédito?

— Os projetos desenvolvidos com base no microcrédito, entre 2018 e 2020, são sustentáveis?

Ou seja, a problemática de investigação consiste em analisar se o microcrédito consegue criar as condições necessárias para a saída da situação de pobreza e de exclusão social de pessoas desfavorecidas.

Estas são as perguntas de partida para a presente dissertação.

4.1.1. Metodologia Quantitativa

Segundo Almeida e Freire (2000), a metodologia quantitativa tem como objetivo explicar, prever e controlar os fenómenos que se pretendem estudar, buscando leis e regularidades, através de procedimentos de carácter objetivo e da quantificação de medidas.

Para Freixo (2009), o objetivo desta abordagem de investigação é o desenvolvimento do conhecimento, descrevendo-o e/ou interpretando-o, mais do que procedendo à sua avaliação, sendo uma extensão da capacidade do investigador em dar sentido ao fenómeno.

Os estudos quantitativos admitem que tudo pode ser quantificável, ou seja, que é possível traduzir em números as opiniões e as informações para, de seguida, poderem ser classificadas e analisadas. Estes estudos visam a apresentação e a análise numérica de observações com vista à descrição e à explicação do fenómeno sobre o qual recaem as observações (Vielas, 2009).

Serapioni (2000) refere que as principais características da metodologia quantitativa são: a orientação para a quantificação e a causa dos fenómenos; a ausência de preocupação com a subjetividade; a utilização de métodos controlados; a objetividade procurada através de um distanciamento em relação aos dados; a orientação para a verificação; a natureza hipotético-dedutiva; a orientação para os resultados; a replicabilidade e possibilidade de generalização; e a assunção da realidade como estática.

A abordagem quantitativa dá ênfase aos factos, comparações, relações, causas, produtos e resultados do estudo, sendo que a investigação é baseada na teoria e os conceitos, variáveis e hipóteses não sofrem alterações ao longo da investigação. Coutinho (2011) destaca o facto de a abordagem quantitativa desenvolver, habitualmente, generalizações de forma a contribuir para o aumento do conhecimento e permitir prever, explicar e controlar determinados fenómenos.

4.1.2. Recolha de Dados e Caraterização

Para a recolha dos dados foi escolhido o questionário. O questionário é um instrumento muito utilizado pelos investigadores para que consigam transformar dados em informação cedida pelos sujeitos participantes na amostra. Segundo Tuckman (2000), o questionário permite aceder a diferentes dimensões internas da pessoa a ser inquirida, como por exemplo, o conhecimento ou informações relevantes que possui, os seus gostos, valores, normas, crenças ou atitudes e ainda as suas experiências (atuais ou passadas).

Em comparação com a observação direta de fenómenos (que podem estar comprometidos entre a relação investigador-sujeito, podendo dar-se o efeito de desejabilidade social), os questionários são instrumentos de auto registo, não havendo margem para a subjetividade do investigador (Tuckman, 2000).

Neste trabalho, os questionários destinaram-se aos beneficiários do microcrédito da Organização MPC-DIVUTEC entre 2018-2020, sendo que, uma parte dos questionários foi aplicada pelo investigador, via telefone, recorrendo à base de dados da organização, em julho de 2020, em Bissau, e a outra parte pelo diretor da organização, devido ao limite do tempo para realização do trabalho e, também, devido a constrangimentos resultantes

da pandemia Covid-19. Entre os anos de 2018-2020, foram trinta e dois os beneficiários do microcrédito, apenas um não respondeu ao questionário.

A população apresenta uma pequena dimensão uma vez que foram aprovados dezanove projetos em 2018, em 2019 foram aprovados oito projetos e em 2020 apenas cinco que totaliza trinta e dois beneficiários. Esta diminuição drástica na procura do crédito, segundo o diretor do MPC-DIVUTECH, ocorreu devido ao golpe de estado em 2012 que deixou o país parado e, mais recentemente, à situação pandémica.

O tratamento de dados atravessa três momentos diferentes: a descrição, a análise e a interpretação. Na descrição, o foco recai sobre os dados originais registados. Na análise, todos os dados são organizados com o intuito de salientar o mais importante. Por fim, na interpretação, o foco recai sobre a significância e as ilações tiradas a partir dos dados. Para se proceder à análise dos resultados provenientes do questionário recorreu-se a métodos estatísticos, por meio da utilização do programa IBM SPSS *Statistics*, na sua versão nº 25.

Importa salientar que o principal objetivo da estatística é fornecer técnicas e métodos para se trabalhar de forma racional com situações incertas. A estatística é composta por um conjunto de métodos e técnicas de pesquisa que envolve a planificação de experiências, a recolha e a organização de dados, a inferência, o processamento, a análise e a divulgação de informação (D'Hainaut, 1990).

O questionário aplicado, neste estudo, foi dividido em oito secções:

- 1- Caracterização Geral; constituída por seis perguntas sobre: idade, género, nacionalidade, tem filhos, habilitação literária e o estado civil.
- 2- Perguntas relativas à concessão do crédito:
 - a) considera suficiente o montante do empréstimo para criar o seu negócio.
 - b) o que o(a) motivou a recorrer ao microcrédito?
 - c) tem conseguido cumprir com as prestações?
 - d) sente-se com estabilidade financeira para manter o seu negócio?

(Pergunta 2.1 a 2.4).

- 3- Perguntas concernentes à situação antes do microcrédito:
- quais as habilitações literárias que possuía antes de aceder ao microcrédito?
 - sente-se excluído do microcrédito. De que forma?
 - tem habitação própria?
- (Pergunta 3.1 a 3.3)
- 4- Perguntas sobre a situação económica:
- houve melhoria na sua qualidade de vida após aceder ao microcrédito?
 - pagava renda de casa antes de aceder ao microcrédito?
 - e depois do recurso ao microcrédito continua a pagar renda?
- (Pergunta 4.1 a 4.3)
- 5- Questões relativas à situação habitacional:
- tinha ligação à rede pública de abastecimento de água antes de utilizar o microcrédito?
 - e depois do recurso ao microcrédito, tem?
 - tinha sistema de escoamento de águas residuais antes de obter o microcrédito?
 - e depois do recurso ao microcrédito, tem?
 - tem eletricidade?
 - possuía eletricidade antes do uso do microcrédito?
- (Pergunta 5.1 a 5.6)
- 6- Perguntas relativas aos serviços:
- teve frequência de formação no âmbito do microcrédito?
 - a que serviço de saúde costuma recorrer?
 - antes do recurso ao microcrédito que serviço de saúde costumava recorrer?
 - alguma vez teve necessidade de recorrer ao sistema judicial?
 - conseguiu o pretendido junto das instituições judiciais?
 - como avalia o sistema judicial da Guiné-Bissau?

- g) alguma vez teve necessidade de recorrer à justiça tradicional para fazer valer os seus direitos?

(Pergunta 6.1 a 6.7)

7- Perguntas referentes à criação do próprio negócio:

- a) como surgiu a ideia de criar um negócio?
- b) considera ter os conhecimentos e a experiência necessários para iniciar um novo negócio?
- c) caso já tenha criado o seu negócio/empresa, quais as maiores dificuldades que sentiu inicialmente?
- d) a empresa tem funcionários?
- e) quais os fatores que considera determinantes para a falência de um negócio em Bissau?
- f) de acordo com a sua perceção sobre a criação de uma empresa em Bissau, indique:
- g) os negócios financiados pelo microcrédito ainda continuam a existir?

(Pergunta 7.1 a 7.7)

8- Perguntas relativas à medida de microcrédito:

- a) Sabe que o governo da Guiné-Bissau tomou a decisão de apoiar o microcrédito?
- b) Frequentou algum curso de formação sobre empreendedorismo?
- c) considera que o microcrédito, na Guiné-Bissau, tem dado um contributo positivo aos empreendedores?

(pergunta 8.1 a pergunta 8.3)

As perguntas das secções (2, 7 e 8) foram feitas com intuito de aferir a sustentabilidade dos negócios criados com recurso ao microcrédito no período de 2018 a 2020, e as restantes secções (3, 4, 5 e 6), foram realizadas com objetivo de aferir a melhoria da qualidade de vida dos inquiridos após acederem ao microcrédito.

4.1.2.1. Caracterização da Amostra

Como indicado a amostra foi obtida a partir da realização de um inquérito por questionário (anexo 1) e foi uma amostra simples não aleatória, uma vez que foi constituída pelos beneficiários dos inquéritos.

No que concerne às idades, verifica-se que 38,7% das pessoas inquiridas, ou seja, 12 pessoas de um universo de 31, têm idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos. Pode-se constatar, também, que 61,3% dos indivíduos inquiridos, (19 inquiridos), têm idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos. Esta informação pode ser visualizada na Tabela 5.

Tabela 5. Estatísticas descritivas: idade

Idade		
	Frequência	%
-18	0	0
18-30	12	38,7
31-50	19	61,3
50	0	0
Total	31	100
Mediana	3 - “31-50”	
Moda	3 - “31-50”	

Relativamente ao género dos inquiridos, pode-se verificar que 20 indivíduos pertencem ao sexo feminino (64,5%) e 11 ao sexo masculino (35,5%). Esta informação está representada na Tabela 6.

Tabela 6. Estatísticas descritivas: género

Género		
	Frequência	%
Masculino	11	35,5
Feminino	20	64,5
Total	31	100
Mediana	2 - “Feminino”	
Moda	2 - “Feminino”	

Quanto à nacionalidade, foi constatado que 96,8% dos indagados, são guineenses, correspondendo, assim, a 30 indivíduos inquiridos, e os restantes 3,2% são de origem cabo-verdiana, o que corresponde a 1 indivíduo. Esta informação pode ser observada na Tabela 7.

Tabela 7. Estatísticas descritivas: nacionalidade

Nacionalidade		
	Frequência	%
Guineense	30	96,8
Cabo-verdiana	20	3,2
Total	31	100
Mediana	1 - “Guineense”	
Moda	1 - “Guineense”	

Relativamente às habilitações literárias dos inquiridos, 6,5% não concluíram o 1.º ciclo (2 indivíduos sem frequência), 12,9% concluíram o 1º ciclo (4 indivíduos concluíram o 4º ano de escolaridade), 16,1% concluíram o 3º ciclo (5 indivíduos terminaram o 9º ano), 29,0% dos indagados concluíram o secundário (9 indivíduos), 32,3% dos indagados concluíram o ensino médio (10 indivíduos) e, por último, 3,2% dos inquiridos tirou o bacharelato (apenas 1 indivíduo). Esta informação está presente na Tabela 8.

Tabela 8. Estatísticas descritivas: habilitações literárias

Habilitações literárias		
	Frequência	%
Sem frequência	2	6,5
1º Ciclo (4º ano)	4	12,9
3º Ciclo (9º ano)	5	16,1
Secundário	9	29
Médio	10	32,3
Bacharelato	1	3,2
Total	31	100
Mediana	5 - “3º Ciclo (9º ano)”	

Moda	6 - “Médio”
------	-------------

Em relação ao estado civil, 35,5% dos inquiridos são solteiros, 51,5% vivem em união de facto, 6,5% são casados e 6,5% são divorciados. Esta informação pode ser confirmada na Tabela 9.

Tabela 9. Estatísticas descritivas: estado civil

Estado civil		
	Frequência	%
Solteiro(a)	11	35,5
União de fato	16	51,5
Casado(a)	2	6,5
Divorciado(a)	2	6,5
Total	31	100
Mediana	1 - “união de fato”	
Moda	2 - “União de fato”	

No que diz respeito aos filhos, pode-se verificar pela análise da Tabela 10 que a maioria dos inqueridos tem filhos, dado que 24 dos inqueridos (77,4%) respondeu sim a esta questão, enquanto 7 (22,6%) disse que não possui filhos.

Tabela 10. Estatísticas descritivas: tem filhos

Tem filhos		
	Frequência	%
sim	24	77,4
Não	7	22,6
Total	31	100
Mediana	2 - “Sim”	
Moda	2 - “Sim”	

CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Depois de se efetuar a recolha dos dados, por meio de questionários e com recurso ao programa informático SPSS (versão 25.0), tornou-se possível constituir uma base de dados suscetível de tratamento estatístico com o intuito de responder às questões de investigação e compreender a sustentabilidade dos projetos financiados por microcrédito.

Tendo em consideração a metodologia escolhida para este trabalho de dissertação, optou-se por analisar as frequências e estatísticas descritivas.

5.1. Frequências e estatísticas descritivas.

Pretende-se com a análise da amostra, generalizar certas conclusões sobre a população em estudo através das informações obtidas. Para o efeito será primeiro efetuada uma análise descritiva das questões:

1. Considera suficiente o montante do empréstimo para criar o seu negócio?

Ao serem questionados se o montante de empréstimo foi suficiente para criar o negócio, 35,5% dos inquiridos responderam que sim, já 64,5% respondeu que não (Tabela 11)

Tabela 11. Estatísticas descritivas: considera o montante obtido suficiente

Considera suficiente o montante do empréstimo para criar o seu negócio?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	11	35,5					
Não	20	64,5	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

2. O que o/a motivou a recorrer o microcrédito?

Ao questionar os inquiridos sobre o que os motivou a recorrer o microcrédito, constata-se, pela análise da Tabela 12, que 67,7% respondeu que se deveu à falta de oportunidades no mercado de trabalho, 16,2% disse que a decisão assentou na possibilidade de conduzir o próprio destino, 12,9% aposta na autorrealização, ao passo que 3,2% respondeu que se deveu ao gosto em gerir o próprio tempo.

Tabela 12. Estatísticas descritivas: o que o/a motivou a recorrer o microcrédito

O que o/a motivou a recorrer o microcrédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Falta de oportunidades no mercado de trabalho	21	67,7	31	1	8	1,00	1

Possibilidade de conduzir o próprio destino	5	16,2
Autorrealização	4	12,9
Gerir próprio tempo	1	3,2
Total	31	100

3. Tem conseguido cumprir com as prestações?

No que se refere a esta questão, pode-se confirmar pela análise da Tabela 13 que 74,2% respondeu que sim, pois conseguiu cumprir com as prestações e 25,8% disse não as cumpriu.

Tabela 13. Estatísticas descritivas: tem conseguido cumprir com as prestações

Tem conseguido cumprir com as prestações?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	23	74,2					
Não	8	25,8	31	1	2	1,00	1
Total	31	100					

4. Sente-se com estabilidade financeira para manter o seu negócio?

Ao questionar os inquiridos sobre se os projetos desenvolvidos com base no microcrédito, entre 2018 e 2020, são sustentáveis, 41,9% dos inqueridos responderam que não sentem uma estabilidade financeira para manter os seus negócios por mais tempo, 38,7% (não sabe se vão ou não permanecer no mercado por muito tempo) e apenas, 19,4% dos inqueridos responderam que sim. Esta informação pode ser confirmada na Tabela 14.

Tabela 14. Estatísticas descritivas: sente-se estabilidade financeira para manter negócio

Sente-se com estabilidade financeira para manter o seu negócio?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	6	19,4					
Não	13	41,9					
Não sabe	12	38,7	31	1	3	2,00	2
Total	31	100					

5. Quais as habilitações literárias que possui antes de aceder ao microcrédito?

No que se refere às habilitações literárias antes do microcrédito, 38,7 % respondeu que tinha curso médio; 25,8% o ensino secundário, 16,2% 2º ciclo, 12,9% 1º ciclo, 3,2% acabou a licenciatura e 3,2% não tinha frequência escolar. Esta informação pode ser observada na Tabela 15.

Tabela 15. Estatísticas descritivas: habilitações literárias antes de aceder ao microcrédito

Quais as habilitações literárias que possui antes de aceder ao microcrédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sem frequência	1	3,2					
1º Ciclo (4º ano)	4	12,9					
3º Ciclo (9º ano)	5	16,1	31	1	8	5,00	6
Secundário	8	25,8					
Médio	12	38,7					
Licenciatura	1	3,2					
Total	31	100					

6. Sente-se excluído do microcrédito?

Na tentativa de perceber se este mecanismo se encontra, efetivamente acessível a todos os que realmente dele precisam, apenas 16,1% dos inquiridos responderam que se sentiram excluídos por não possuírem garantias para acederem a este tipo de financiamento, 83,9% respondeu que não, que não se sentiram excluídos neste âmbito em particular. Tabela 16.

Tabela 16. Estatísticas descritivas: sente-se excluído do microcrédito

Sente-se excluído do microcrédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	5	16,1					
Não	26	83,9	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

7. Tem habitação própria?

74,2% dos inqueridos não têm casas próprias, apenas 25,8 % possuiu casas próprias, uma vez que a maioria vive em casa do país.

Tabela 17. Estatísticas descritivas: tem habitação própria

Tem habitação própria?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	8	25,8					
Não	23	74,2	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

8. Houve melhoria na sua qualidade de vida após aceder ao crédito?

Os participantes no inquérito, ao serem questionados sobre se os projetos criados com base no microcrédito melhoraram incontestavelmente a sua qualidade de vida, divergiram nas respostas, 22,6% confirmou que sim, ao passo que 77,4% respondeu que não é notória a melhoria.

Tabela 18. Houve melhoria após aceder ao microcrédito

Houve melhoria na sua qualidade de vida após aceder ao crédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	7	22,6					
Não	24	77,4	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

9. Pagava renda da casa antes de aceder ao microcrédito?

Novamente os mesmos participantes, ao serem questionados sobre o pagamento de renda de casa antes do microcrédito, deram diferentes respostas 71% dos inqueridos responderam que não pagavam renda, visto que viviam com os pais e, 29% dos inqueridos pagavam renda. Esta informação pode ser confirmada na Tabela 19.

Tabela 19. Pagava renda antes de aceder ao microcrédito

Pagava renda da casa antes de aceder ao microcrédito?							
---	--	--	--	--	--	--	--

Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	9	29					
Não	22	71	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

10. E depois do recurso ao microcrédito continua a pagar renda?

Pelas respostas dadas, pode-se verificar que 67,7% continua a não pagar rendas e 32,3% paga.

Tabela 20. Estatísticas descritivas: e depois continua a pagar

E depois do recurso ao microcrédito continua a pagar renda?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	10	32,3					
Não	21	67,7	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

11. Tinha ligação à rede pública de abastecimento de água antes de utilizar o microcrédito?

Com objetivo de perceber se este mecanismo proporcionou uma melhoria, notória, no dia-a-dia dos inquiridos, após o inquérito, constatou-se que 6,5% tinha ligação à rede pública de distribuição de água no interior das casas, o que corresponde a duas pessoas de um universo de 31 inquiridos, 74,1% recorria à rede pública, mas no exterior das casas e 19,4% não tinha ligação a uma rede pública de distribuição de água antes do microcrédito, isto é 6 (seis) indivíduos.

Tabela 21. Estatísticas descritivas: tinha abastecimento de água antes do microcrédito

Tinha ligação à rede pública de abastecimento de água antes de utilizar o microcrédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
No interior da casa	2	6,5					
No exterior da casa	23	74,1	31	1	3	2,00	2
Não	6	19,4					
Total	31	100					

12. E depois do recurso ao microcrédito?

Depois da obtenção do microcrédito, 19,4% dos inquiridos passaram a ter ligação à rede pública de distribuição de água, 61,2% usa a rede no exterior da casa e 19,4% continua a não ter ligação à rede pública.

Tabela 22. Estatísticas descritivas: e depois do recurso ao microcrédito

E depois do recurso ao microcrédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
No interior da casa	6	19,4					
No exterior da casa	23	61,2	31	1	3	2,00	2
Não	6	19,4					
Total	31	100					

13. Tinha sistema de escoamento de água residual antes de obter o microcrédito?

No que se refere ao sistema de escoamento de água residual antes da obtenção do microcrédito, 3,2% dos entrevistados tinham ligação à rede pública de esgotos (1 pessoa), 22,6% utilizava uma fossa séptica (7 pessoas) e a maioria dos inquiridos não possuía qualquer sistema (74,2%).

Tabela 23. estatísticas descritivas: tinha sistema de escoamento antes do microcrédito

Tinha sistema de escoamento de água residual antes de obter o microcrédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Ligado à pública	1	3,2					
Ligado à fossa séptica	7	22,6	31	1	3	3,00	3
Não	23	74,2					
Total	31	100					

14. E depois do recurso ao microcrédito?

A percentagem de inquiridos ligados à rede pública é de 6,5%, à fossa séptica 19,4% e a maioria não utiliza o sistema de escoamento de água residual mesmo depois da obtenção do microcrédito, (74,1%). Esta informação está na tabela 24.

Tabela 24. Estatísticas descritivas: e depois do recurso ao microcrédito

E depois do recurso ao microcrédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Ligado à pública	2	6,5					
Ligado à fossa séptica	6	19,4	31	1	3	3,00	3
Não	23	74,1					
Total	31	100					

15. Tem eletricidade?

Pela análise da Tabela 25, foi possível demonstrar que todos os inquiridos, sem exceção, possuem eletricidade.

Tabela 25. Estatísticas descritivas: tem eletricidade

Tem eletricidade?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	31	100					
Não	0	0	31	1	1	1,00	1
Total	31	100					

16. Possuía eletricidade antes do uso do microcrédito?

No que se refere a eletricidade antes da obtenção do microcrédito, verificou-se que 6,5% dos inquiridos não tinham eletricidade, mas que a maior parte, 93,5% possuía (Tabela 26).

Tabela 26. Estatísticas descritivas: possuía eletricidade antes do uso de microcrédito

Possuía eletricidade antes do uso do microcrédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	29	93,5					
Não	2	6,5	31	1	2	1,00	1
Total	31	100					

17. Teve frequência de formação no âmbito do microcrédito?

Com a resposta a esta pergunta, pretende-se perceber com que frequência os inquiridos participam nas formações oferecidas no âmbito do microcrédito de forma a adquirirem os conhecimentos necessários à execução das ideias de negócio. Verifica-se o seguinte:

- 9,7 % dos inquiridos não frequentaram a formação;
- 48,4% assistiu à uma vez por ano, (9 indivíduos);
- 29% participou mais de que uma vez por ano (4 pessoas); e
- 12,9% comparecerá só se for necessário.

Tabela 27. Estatísticas descritivas: teve frequência de formação no âmbito do microcrédito

Teve frequência de formação no âmbito do microcrédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Não vou	3	9,7					
Uma vez por ano	15	48,4					
Mais do que uma vez por ano	9	29	31	1	5	3,00	3
Só se for necessário	4	12,9					
Total	31	100					

18. A que serviço de saúde costuma recorrer?

Utilizando os dados recolhidos no inquérito, é possível demonstrar que todos os inquiridos, sem exceção, recorrem os serviços de saúde públicas. Esta informação está na Tabela 28.

Tabela 28. Estatísticas descritivas: a que serviço de saúde costuma recorrer

A que serviço de saúde costuma recorrer?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Público	31	100					
Privado	0		31	1	1	1,00	1
Total	31	100					

19. Antes do recurso ao microcrédito a que serviço de saúde costumava recorrer?

Não se regista qualquer alteração na utilização dos serviços de saúde por parte dos indagados depois do acesso ao microcrédito (Tabela 29).

Tabela 29. Estatísticas descritivas: a que serviço de saúde costumava recorrer

Antes do recurso ao microcrédito a que serviço de saúde costuma recorrer?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Público	31	100					
Privado	0		31	1	1	1,00	1
Total	31	100					

20. Alguma vez teve necessidade de recorrer ao sistema judicial?

74,2% das pessoas questionadas sobre se já tinham tido necessidade de recorrer ao sistema judicial responderam que não, já 25,8% disse que sim. Confirmar na Tabela 30.

Tabela 30. teve necessidade de recorrer ao sistema judicial

Alguma vez teve necessidade de recorrer ao sistema judicial?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	8	25,8					
Não	23	74,2	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

21. Conseguiu o pretendido junto das instituições judiciais?

Ao questionar os participantes deste inquérito sobre se tinham conseguido o pretendido junto das instituições judiciais, 80,6% respondera que não e 19,4% respondeu afirmativamente. Esta informação pode ser verificada na Tabela 31.

Tabela 31. Estatística descritiva: conseguiu o pretendido

Conseguiu o pretendido junto das instituições judiciais?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	6	19,4					
Não	25	80,6	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

22. Como avalia o sistema judicial da Guiné-Bissau?

Sobre avaliação do sistema judicial, 64,5% dos participantes no inquérito consideram que é razoável, 9,7% respondeu que é bom e 25,8% não sabe. Ver na Tabela 32.

Tabela 32. Estatísticas descritivas: como avalia sistema judicial da Guiné-Bissau

Com avalia o sistema judicial da Guiné-Bissau?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Razoável	20	64,5					
Bom	3	9,7	31	2	5	2,00	2
Não sabe	8	25,8					
Total	31	100					

23. Alguma vez teve necessidade de recorrer à justiça tradicional para fazer valer os seus direitos?

No que diz respeito à necessidade de recorrer à justiça tradicional para fazer valer as suas pretensões verifica-se que 96,8% das pessoas afirmaram que não ter recorrido a esse sistema, enquanto, 3,2% sentiu essa necessidade. Observar na Tabela 33.

Tabela 33. Estatística descritivas: teve necessidade de recorrer à justiça tradicional

Alguma vez teve necessidade de recorrer à justiça tradicional para fazer valer os seus direitos?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	1	3,2					
Não	30	96,8	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

24. Como surgiu a ideia de criar um negócio?

Na tentativa de perceber como surgiu a ideia de criar um negócio, 45,2% dos indagados responderam que deveu ao gosto pessoal, 25,8% opinou que a ideia surgiu através de uma oportunidade de mercado, 22,6% afirmou que foi através de atividade profissional que exerce e 6,4% apontou a formação profissional como o motivo. Confirmar esta informação na Tabela 34.

Tabela 34. Estatísticas descritivas: como surgiu a ideia de criar negócio

Como surgiu a ideia de criar um negócio?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Atividade profissional desenvolvida	7	22,6	31	1	4	3,00	3
Oportunidades de mercado	8	25,8					
Gosto pessoal	14	45,2					
Formação profissional	2	6,4					
Total	31	100					

25. Considera ter conhecimentos e experiência necessários para iniciar um novo negócio?

Ao serem questionados sobre terem conhecimento e a experiência necessários para iniciar um novo negócio, 51,6% dos inquiridos responderam que não e 48,4% afirmou que sim. Esta informação pode ser verificada na Tabela 35.

Tabela 35. Estatísticas descritivas: conhecimentos e experiência para iniciar negócio

Considera ter conhecimentos e a experiência necessários para iniciar um novo negócio?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	15	48,4	31	1	2	2,00	2
Não	16	51,6					
Total	31	100					

26. Caso já tenha criado o seu negócio/empresa, quais as maiores dificuldades que sentiu inicialmente?

Ao questionar os inquiridos sobre as maiores dificuldades que sentiram ao criar os negócios, 48,4% respondeu que o mais difícil foi obtenção do financiamento necessário, 29,0% respondeu que foi a falta de informação, 9,6% sentiu que a burocracia era exagerada, 6,5% apontou a falta de conhecimento no domínio da gestão como maior dificuldade sentida e 6,5% disse que era a falta de experiência enquanto empresário. Ver Tabela 36.

Tabela 36. Estatísticas descritivas: as maiores dificuldades que sentiu na criação do negócio

Caso já tenha criado o seu negócio/empresa, quais as maiores dificuldades que sentiu inicialmente?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Dificuldade em obter o financiamento necessário	15	48,4	31	1	5	2,00	2
Falta de informação	9	29					
Burocracia Exagerada	3	9,6					
Falta de conhecimento de gestão	2	6,5					
Falta de experiência enquanto empresário	2	6,5					
Total	31	100					

27. A empresa tem funcionários?

Ao serem questionados sobre se têm funcionários, 96,8% dos inquiridos responderam que não e 3,2%, uma pessoa, respondeu que possui funcionários. Esta informação pode ser encontrada na tabela 37.

Tabela 37. Estatísticas descritivas: a empresa tem funcionários

A empresa tem funcionário?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	1	3,2					
Não	30	96,8	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

28. Quais os fatores que considera determinantes para a falência de um negócio em Bissau?

Com intuito de perceber quais os fatores determinantes para a falência de um negócio em Bissau, 64,5% das pessoas inquiridas apontaram o contexto político (política económica), 32,3% apontou o acesso ao financiamento como o elemento determinante e 3,2% das pessoas inquiridas consideram o sistema em que está inserido como o fator principal. Confirmar na Tabela 38.

Tabela 38. Fatores determinantes para falência de negócio em Bissau

Quais os fatores consideram determinantes para a falência de um negócio em Bissau?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
O contexto em que está inserido	1	3,2					
O acesso ao financiamento	10	32,3,6	31	2	4	4,00	4
O contexto (política, económica)	20	64,5					
Total	31	100					

29. De acordo com a sua percepção sobre a criação de uma empresa na Guiné-Bissau, indique:

29a. Se existem uma ou mais entidades que apoiam a criação de empresas.

Relativamente aos apoios concernentes à criação de uma empresa na Guiné-Bissau, os inquiridos foram questionados sobre a existência de entidades que apoiam essa criação, 54,8% dos inquiridos discordaram parcialmente sobre a existência de entidades que apoiam a criação das empresas, 35,5% concordou parcialmente e 9,7% das pessoas inquiridas discordaram totalmente sobre a existência de entidades que apoiam essas iniciativas (Tabela 39)

Tabela 39. Existem entidades que apoiam à criação de empresa na Guiné-Bissau

Se existem uma ou mais entidades que apoiam a criação de empresa?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Discordo totalmente	7	9,7					
Discordo parcialmente	17	54,8	31	1	3	2,00	2
Concordo parcialmente	11	35,5					
Total	31	100					

29b. Existem apoios ao empreendedorismo por parte do governo?

No que se refere à existência de apoios por parte do governo aos empreendedores, 90,3% afirma que desconhece apoios do governo e 9,7% pensa devem existir alguns apoios por parte do governo.

Tabela 40. Estatísticas descritivas: existem apoios do governo ao empreendedorismo

Existem apoios do governo ao empreendedorismo?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Discordo totalmente	28	90,3					
Discordo parcialmente	3	9,7	31	1	2	1,00	1
Total	31	100					

29c. Existem na Guiné-Bissau oportunidades para criação de empresas e negócios?

Ao serem questionados sobre a existência de oportunidades para criação de empresas e negócios na Guiné-Bissau, 71% dos inquiridos concordaram parcialmente, 12,9% dos inquiridos discordaram totalmente, 9,6% das pessoas inquiridos discordaram parcialmente e 6,5% discordou totalmente.

Tabela 41. Existem na Guiné-Bissau oportunidades para criação de empresa e negócio

Existem na Guiné-Bissau oportunidades para criação de empresas e negócios?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Discordo totalmente	4	12,9					
Discordo parcialmente	3	9,6					
Concordo parcialmente	22	71	31	1	4	3,00	3
Concordo totalmente	2	6,5					
Total	31	100					

30. Os negócios financiados pelo microcrédito continuam a existir?

Relativamente aos projetos desenvolvidos com base no microcrédito, entre 2018 e 2020, 83,9% dos inquiridos responderam que os negócios ainda continuam a existir, ao passo que 16,1% respondeu que os negócios deixaram de existir.

Tabela 42. Os negócios financiados pelo microcrédito continuam a existir

Os negócios financiados pelo microcrédito continuam a existir?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	26	83,9					
Não	5	16,1	31	1	2	1,00	2
Total	31	100					

31. Sabe se o governo da Guiné-Bissau tomou a decisão de apoiar o microcrédito?

Relativamente à medida do microcrédito, 77,4% dos inquiridos não têm conhecimento do facto do governo dar apoio ao microcrédito e 22,6% não sabe do que se trata (se existem ou não). Esta informação pode ser verificada na Tabela 43.

Tabela 43. Estatísticas descritivas: sabe se o governo apoia o microcrédito

Sabe se o governo da Guiné-Bissau tomou a decisão de apoiar o microcrédito?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	24	77,4					
Não	7	22,6	31	2	3	2,00	2
Total	31	100					

32. Frequentou algum curso de formação sobre empreendedorismo?

Os participantes deste inquérito foram questionados relativamente à frequência de algum curso sobre empreendedorismo, 87,1% respondeu que nunca frequentou um curso de formação no domínio de empreendedorismo e 12,9% afirmou que teve oportunidade de frequentar uma formação, (Tabela 44).

Tabela 44. Estatísticas descritivas: frequentou algum curso sobre empreendedorismo

Frequentou algum curso de formação sobre empreendedorismo?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	24	77,4					
Não	7	22,6	31	2	3	2,00	2
Total	31	100					

33. Considera que o microcrédito, na Guiné-Bissau, tem dado um contributo positivo aos empreendedores?

Ao serem questionados se o microcrédito tem dado um contributo positivo aos empreendedores, 12,9% dos inquiridos ressaltaram que sim, enquanto 77,4% respondeu que o mecanismo não tem dado um contributo positivo. Esta informação pode ser observada na Tabela 45.

Tabela 45. Considera que o microcrédito tem dado contributo positivo aos empreendedores

Considera que o microcrédito, na Guiné-Bissau, tem dado contributo positivo aos empreendedores?							
Resposta	Frequência	%	N	Mínimo	Máximo	Mediana	Moda
Sim	4	12,9					
Não	27	87,1	31	1	2	2,00	2
Total	31	100					

5.2. Análise Crítica

Com esta dissertação pretende-se dar respostas e refletir criticamente sobre as questões investigadas, como por exemplo se existiu uma melhoria, incontestável, na qualidade de vida dos beneficiários do microcrédito ou se os projetos desenvolvidos com base no microcrédito, entre 2018 e 2020, são sustentáveis.

Pode-se afirmar, portanto, recorrendo às frequências descritivas realizadas, que 83,9% dos inquiridos afirmam que os negócios ainda continuam a existir (Tabela 42), 41,9% refere que não se sente com estabilidade financeira para manter o seu negócio, e 38,7% disse não saber (Tabela 14), o que põe em causa a sustentabilidade dos negócios, que podem estar na iminência de fechar.

A realidade acima constatada permite concluir que, apesar do microcrédito ser, efetivamente, uma importante ferramenta para combater a pobreza e a exclusão social, esta só terá sucesso quando os seus beneficiários tiverem consciência de como gerir o seu negócio de forma sustentável. Por conseguinte, entende-se que a formação dos beneficiários, por parte das instituições de microcrédito, é essencial para que a sustentabilidade dos negócios seja uma realidade, como refere Yunus (1997, p.303):

“A formação é extremamente importante para ajudar as pessoas a resolver as suas dificuldades económicas de uma forma mais rápida e segura. Mas o que estou a dizer é que não se deve pôr o carro à frente de bois. Deve-se fazer brotar as competências naturais das pessoas antes de serem cortadas pelas estruturas elaboradas, muito estruturadas e tão bem-intencionadas da formação. Não se deve forçar as pessoas à formação só porque pensamos que precisam dela. Devemos apoiá-las quando começarem a sentir que

precisam da formação e comecem a procurá-la. Depois estão dispostas a pagar em dinheiro ou géneros para a obter.”

No que concerne à qualidade de vida após aceder ao microcrédito 77,4% das pessoas contactadas afirmaram que não sentiu qualquer tipo de melhoria na qualidade das suas vidas, o que foi contra os próprios fundamentos e objetivos do microcrédito. De facto, seria expectável que os beneficiários do microcrédito, ao terem criado ou expandido os seus negócios pudessem ter uma maior satisfação com a sua vida que passaria a ser mais estável e menos precária. No entanto, no contexto guineense tal não se observa, o que pode ter a ver a com o próprio país, mergulhado numa crise económica e social há muitos anos. Também há que referir que, como foi dito anteriormente, as instituições de microfinanças na Guiné-Bissau são caracterizadas por uma gestão deficiente num mercado ainda bastante incipiente quando comparado com os países vizinhos, o que poderá resultar numa má orientação e gestão dos próprios projetos, fazendo com que os beneficiários do microcrédito não tenham as ferramentas necessárias para tornar o seu negócio sustentável e bem-sucedido.

Tendo em conta os resultados obtidos, é perceptível que o microcrédito não atingiu os resultados pretendidos. Esta ferramenta visa inclusão social, criação de organizações que terão impacto a nível social na vida das pessoas, porém, constata-se que muitos guineenses não conseguiram aceder à mesma.

Importa salientar que são muitos os agentes económicos que recorrem ao microcrédito em diversas partes do mundo, havendo diversa informação referente a outros países. No caso da Guiné-Bissau, verificou-se que a informação não existia.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. CONCLUSÕES

O microcrédito, na Guiné-Bissau, representa uma alternativa ao modelo tradicional de crédito, nomeadamente na finalidade, nos montantes distribuídos, no público-alvo e devido à não exigência de garantias.

Nos últimos anos, esta modalidade de crédito tem começado a adquirir um papel social mais importante, embora ainda pouco relevante, como estratégia para tentar combater a pobreza e a exclusão social, melhorando de forma, ainda residual, a qualidade de vida das pessoas e proporcionando a possibilidade destas se integrarem tanto económica como socialmente.

Tendo em conta as várias organizações e entidades que concedem microcrédito na Guiné-Bissau, foi selecionada a MPC-DIVUTEC para base de estudo deste trabalho. O estudo dos projetos que foram desenvolvidos com base no microcrédito concedido por esta entidade permitiu concluir que, em geral, eles não são sustentáveis, isto é, os novos negócios não tiveram grande sucesso, não geraram empregos e rendimentos que possam propiciar uma melhoria significativa na qualidade de vida das famílias.

Como os guineenses se incluem, devido à frágil economia do seu país, no público-alvo do microcrédito, o inquérito realizado, teve perguntas relativas à concessão de crédito, à situação dos inquiridos antes microcrédito, às situações económicas dos mesmos, à situação habitacional, aos serviços, à criação de um negócio e à própria medida do microcrédito: incluindo as variáveis. Após terem sido analisados os dados das respostas, foram várias as conclusões tiradas.

Logo de início, constatou-se que o microcrédito foi concedido maioritariamente a mulheres solteiras, com idades entre os 30 e os 50 anos que não tinham meios de subsistência, nem habitação própria ou de renda. Os homens e as famílias, em menor número, que tiveram acesso a este tipo de crédito possuíam muitas dificuldades económicas também.

Nestes casos, tomando como base as respostas dadas, verificou-se que, de forma geral, o microcrédito não trouxe grandes benefícios aos inquiridos, independentemente do sexo, estado civil, idade e formação académica.

De seguida, a nível económico, ocasionalmente verificou-se uma passagem gradual de um estado de pobreza severa a outro de pobreza ainda que não tão severa como a anterior.

Apesar do recurso ao microcrédito, não se regista um aumento de número de casas próprias, isto é, a maioria das pessoas continua a pagar renda de casa. No entanto, os

indicadores de bem-estar e qualidade nas habitações, já apontam para uma melhoria do nível de vida de quem acedeu ao microcrédito. Esta melhoria foi constatada no abastecimento de água e na eletricidade.

A nível social, as pessoas contactadas não se sentiram tão excluídas, ou seja, parecem um pouco mais integradas na comunidade. Muitas, apesar de não se sentirem motivadas quanto ao progresso conseguido, tencionam recorrer a novos créditos, para conseguirem sobreviver de uma forma mais independente, evitando qualquer tipo de dependência.

Em suma, após o estudo dos resultados do inquérito feito, verificou-se que se deveu às difíceis condições do país o facto desta ferramenta não ter sido efetivamente bem aplicada e gerida. Os beneficiários e as instituições, para que o microcrédito tivesse sido aplicado no sentido de ter funcionado como um impulso de desenvolvimento de um negócio sustentável, deveriam ter usufruído de mais esclarecimentos e apoios.

Pretende-se que este trabalho possa constituir uma ajuda no âmbito do estudo do microcrédito, nomeadamente, no que é necessário fazer para que os pequenos negócios sejam efetivamente sustentáveis. Este trabalho poderá contribuir para que as instituições de microcrédito passam a ter uma verdadeira preocupação em, além do fornecer financiamento, dar outras competências aos seus beneficiários, de forma a fazer com que os negócios durem a longo prazo, ajudando ao desenvolvimento económico dos países mais pobres, como é o caso da Guiné-Bissau.

Esta dissertação, por conseguinte, poderá servir como base de análise aquando de futuras reestruturações nas políticas públicas da Guiné-Bissau na matéria de luta contra a pobreza e a exclusão social com objetivo de dar maior substância a funcionalidade do microcrédito.

No que respeita às principais limitações do trabalho desenvolvido, destaque para a reduzida amostra, pois o número de questionários recolhidos para investigação corresponde à quase totalidade de créditos concedidos pela instituição MPC-DIVUTEC, entre 2018 e 2020. Num universo de 32 projetos aprovados, foram contactados 31 beneficiários. Também o facto de se ter restringido a pesquisa a uma só região, setor autónomo de Bissau, e a uma só instituição de microcrédito, MPC-DIVUTEC, resultou

numa amostra que poderá não ser representativa do contexto nacional, nem do cenário total de setor autónomo de Bissau, o que constituiu uma das limitações deste trabalho.

Dada a importância do conceito de microcrédito no âmbito de investigação a nível mundial e no cenário das políticas públicas dos governos de vários países, este trabalho poderia ser estendido à realização de um estudo sobre a estrutura empresarial na Guiné-Bissau paralelamente com o estudo sobre princípio da economia solidária nas instituições de microcrédito na Guiné-Bissau.

Explorar este mesmo tema “Microcrédito na Guiné-Bissau”, recorrendo ao uso de outra metodologia de recolha de dados, por via das entrevistas e utilização de métodos quantitativos mais sofisticados, poderá consolidar e acrescentar conhecimento na área.

6.2. RECOMENDAÇÕES

Após a independência, a história da Guiné-Bissau não tem sido pacífica. A Guerra de 1998 fez renascer o aumento do ódio e ressentimento entre as várias etnias guineenses. Estes conflitos constantes influenciaram a atividade política, social e cultural (Cardoso & Augel, 1993). O microcrédito, como única medida para combater a pobreza nesta sociedade desestruturada, segundo os resultados do inquérito feito, não funcionou de forma expressiva, uma vez que não alterou grandemente a vida das pessoas que a ele recorreram.

Como recomendações para que o futuro da Guiné-Bissau seja mais próspero, considero que os políticos deveriam tomar medidas fortes e consistentes para erradicar a pobreza. Torna-se necessário, no momento presente, fomentar a união entre as trinta e dois etnias da Guiné-Bissau.

Os costumes, a língua diferente de cada uma delas e o facto da língua oficial, o português, só ser usado na escrita nas escolas não ajuda em nada a união dos guineenses. Neste momento político, penso que o crioulo guineense, falado e entendido praticamente por todos, deveria ter um papel importante na união das várias etnias para o progresso, uma vez que o povo está interessado em combater o flagelo da pobreza e da exclusão social.

Outra recomendação, que se poderia aqui deixar, é a necessidade da escolaridade passar a ser obrigatória na Guiné-Bissau, de haver também formação sempre que haja recurso ao microcrédito, pois este sistema de financiamento alternativo de economia solidária tem vigorado, ao longo dos tempos, em vários países com sociedades mais estruturadas e os resultados têm sido bastante positivos.

A título de exemplo, o país poderia basear-se nas diretrizes do modelo de financiamento complementar implementado pelo Governo dos Açores (Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário nos Açores), instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 11/2012/A, como mecanismo para apoiar indivíduos com espírito empreendedor e que realmente precisam de sair da situação de pobreza, desemprego e ultrapassar carências socioprofissionais. Este modelo assenta na partilha dos riscos inerentes à conceção de crédito com as organizações financeiras, tendo por base qualificar os recursos humanos, da ciência, promover a cultura científica e tecnológica e assegurar o acesso generalizado à sociedade do conhecimento como elementos necessários para concretização desses desígnios.

Uma mudança de mentalidades transformaria o microcrédito num importante instrumento para a população da Guiné-Bissau conseguir atingir uma melhor qualidade de vida e um lugar na sociedade global de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdala, E., Oliveira, E. & Cezarino, L. (2018). Triple Bottom Line in Green Supply Chain Management: A Chemical Industry Study. *Brazilian Journal of Operations & Production Management*, 15 (2018), 162-172.

Adéchoubou, M., Camara, A. B., & Pereira, A. (2003). *Microfinance en Guinée-Bissau: Diagnostic et propositions d'actions pour l'émergence d'un secteur viable . Caso de Estudo, CTP, PNUD/FENU, Programme des Nations Unies pour le Développement*. Bissau: PNUD.

Almeida, L. & Freire, T. (2000). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios.

Baker, S. (2006). *Sustainable Development*. London: Routledge.

Banco Central dos Estados da África do Oeste (2017). Microfinance Situation - 2016. [em linha]. Disponível em: BCEAO: http://www.bceao.int/inc_rub_regulieres-178-60-fr-asc.html. Acedido a 14 de julho de 2021.

Baumol, W. (1993). Formal Entrepreneurship Theory in Economics: Existence and Bounds. *Journal of Business Venturing*, 8 (3), 197-210.

Bertherat, J. (1989). *L'essaimage: levier de la création d'entreprises, Rapport au Ministre du Travail, de l'Emploi*. Paris: La Documentation Française.

Blaxter, L., Hughes, C., & Tight, M. (2005). *Como se hace una investigación*. Barcelona: Editorial Gedisa.

Cândido, A. (2010). *Desenvolvimento Sustentável e Pobreza no Contexto de Globalização. O Caso de Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Cantillon, R. (1931). *Essai sur la Nature du Commerce en General*. London: MacMillan.

Carapeto, C. (1998). *Educação Ambiental*. Lisboa: Universidade Aberta.

Cardoso, C. & Augel, J, (1993) *Guiné-Bissau vinte anos de independência: desenvolvimento e democracia/balanço e perspectivas*. Bissau: Inep.

Cardoso, C. (1989). *A história da construção nacional na Guiné-Bissau (a problemática da construção nacional na fase pós-independência: dificuldades e perspectivas)*. Bissau: Edição NEP.

Chein, F. & Silva, U. (2014). Imperfeições no mercado de crédito e racionamento de crédito: *Uma análise para o setor informal no Brasil*. *Nova Economia*, 24 (1), 103-122.

Chen, S. & Ravallion, M. (2007). Absolute Poverty Measures for the Developing World, 1981-2004. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 104 (43), 16757-62.

- Chliova M, Brinckmann J and Rosenbusch N. (2015) Is microcredit a blessing for the poor? A meta-analysis examining development outcomes and contextual considerations. *Journal of Business Venturing* 30(3), 467-487.
- Chung, L. & Gibbons, P. (1997). Corporate entrepreneurship: The roles of ideology and social capital. *Group & Organization Management*, 22 (1), 10-30.
- Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Cruz, L. (2007). *O Programa de ajustamento estrutural na República da Guiné-Bissau: uma avaliação política e ética*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Área Científica de Estudos Africanos.
- D'Hainaut, L. (1990). *Conceitos e Métodos da Estatística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dias, R. (2010). *Environmental Management: Social Responsibility and Sustainability*. São Paulo: Atlas.
- Dornelas, J. (2003). *Empreendedorismo Corporativo*. Campus: Rio de Janeiro.
- Drucker, P. (1985). *Innovation and Entrepreneurship*. London: Heinemann.
- Ezekwesili, O. K., Fetini, H., Bassani, A., English, P., Kyle, S., Correia, C. K., Có, V. M. (2010). *GUINÉ-BISSAU: Para além de Castanha de Caju: Diversificação através do comércio Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio para o Melhoramento do Quadro Integrado Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional*. Bissau: Banco Mundial.
- Fleury, S. (1997). *Estados sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de investigação: da conceção à realização*. Loures: Lusociência.
- Galor, O. & Zeira, J. (1993). Income Distribution and Macroeconomics. *Review of Economic Studies*, 60 (1), 35-52.

Ghatak, M. (1999). *Screening by the Company You Keep: Joint Liability Lendings and the Peer Selection Effect*. Forthcoming, *Economic Journal*

Graue, M. & Walsh, D. (1998). *Studying children in context: Theories, methods & ethics*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Haswani, M. (2008). *A comunicação estatal como garantia de direitos: foco no Brasil, na Colômbia e na Venezuela*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Hisrich, R. (1986). Entrepreneurship and intrapreneurship: Methods for creating new companies that have an impact on the Economic Renaissance of an Area, In: *Entrepreneurship, Intrapreneurship, and Venture Capital*. Ed Robert D. Hisrich, pp. 96, Lexington, MA: Lexington Books.

Knight, F. (1921), *Risk, uncertainty, and profit*. Chicago: University of Chicago Press.

Kyrö, P. (1996). The points of transition in reforming the understanding and meaning of entrepreneurship. *Academy of Entrepreneurship, European Edition*, 2 (1), 70-93.

Lamarque, G. (1995). *L'exclusion*. Paris: PUF

Lima, L. (2013). *Quando o mercado não permite atingir a eficiência económica: falhas de mercado - as externalidades*. [em linha]. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/4876/1/PP_LeopoldinaSilva_2013.pdf. Acedido a 14 de julho, 2021.

Lopes, C. (1999). *Kaabunké: espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Machado, C.; Santos, S. & Souza, T. (2006). “A Sustentabilidade Ambiental em Questão”. In Silva, C. (Org.), *Desenvolvimento Sustentável: Um Modelo Analítico, Integrado e Adaptativo* (pp. 123-134). Rio de Janeiro: Vozes.

Maciel, C. (2008). Desigualdade e a indiferença com a pobreza. *Rev. Ter. Ocup. Univ*, 19 (1), 1-11,

Maes, J. P. & Reed, L. R. (2012). *State of the microcredit summit campaign report 2012*. Microcredit Summit Campaign: Washington, DC

Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas S. A.

McClelland, D. (1971). *Entrepreneurship and Achievement Motivation: Approaches to the Science of Socioeconomic Development*. Paris: UNESCO.

Menger, C. (1871). *Principles of Economy*. Grove City: Libertarian Press.

Monteiro, A. (1993). *A origem étnico-cultural, o estado e a integração nacional*. Bissau: INEP.

Monteiro, C. (2003). Fome, Desnutrição e Pobreza: além da Semântica. *Saúde e Sociedade*, 12 (1), 7-11.

Psico, J. (2007). *A avaliação do desempenho social das instituições de microfinanças*. Tese de Doutoramento na Área de Gestão, Lisboa, ISCTE-IUL.

Resende, C. (2012). *Falhas de Mercado: Uma análise comparativa da Escola do Setor Público Tradicional e da Escola Austríaca*. Dissertação de Mestrado da Universidade de Brasília, Brasil.

Rodrigues, E., Sampagaio, G., Ferreira, H., Mendes, M. & Januário, S. (1999). *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. [em linha]. Disponível em: <https://www.fea.pt/files/90c38b7213a7e4accaa7af1da5b4d35f0d062ba8.pdf>. Acedido a 14 de julho de 2021.

Santos, B. (1993). O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperferia: o caso português. In: B. Santos (org). *Portugal, um retrato singular*, Porto: Afrontamento.

Santos, B. (1995). *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de Sociologia; Rio de Janeiro.

- Santos, M. (1989). *A Construção da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe*. Bissau: Inep.
- Sarkar, S. (2007). *Empreendedorismo e Inovação*, Lisboa: Escolar Editora.
- Sarkar, S. (2010). *Empreendedorismo e Inovação*. Lisboa: Escolar Editora.
- Say, J. (1803). *A Treatise on Political Economy*. London: Sherwood, Neely and Jones.
- Schumpeter, J. (1934), *The Theory of Economic Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Schumpeter, J. (1961), *Theory of economic development: An inquiry into profits, capital credit, interest and the business cycle*. Nova York: Oxford University Press.
- Schumpeter, J. (1976). *The Process of Creative Destruction*. In *Capitalism, Socialism and Democracy*, Capítulo VII, pp. 84-6. Londres: George Allen and Unwin.
- Schumpeter, J. A. (1988). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre o lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural.
- Seiffert, P. (2005). *Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas*. São Paulo: Atlas.
- Sen, A. (1999). The possibility of social choice. *The American Economic Review*, 89 (3), 349-378.
- Serageldin, I. (1995). Evaluating environmentally sustainable development. In *Evaluation and Development. Proceedings of the 1994 World Bank Conference*. Washington: World Bank Operations Evaluation Department.
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciências da Saúde Colectiva*, 5(1), 187-192.
- Soros, G. (1996). *A Alquimia das Finanças*. São Paulo: Nova Fronteira.
- Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Venkataraman, S. (1997). The distinctive Domain of Entrepreneurship Research. *Advances in Entrepreneurship, Firm Emergence and Growth*, 3, 119-138.

Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Voz di Paz. (2007-2010). *Programa de pesquisa-ação para a consolidação da paz*. Bissau.

Yunus, M. (1997). *O banqueiro dos pobres*. Algés: Editora Difel 82-difusao Editora, S.A

Yunus, M. (2003). *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática.

Yunus, M. (2008). *Banqueiro dos pobres*. Coimbra: Difel.

Zangalli Jr, P. (2013). Sustentabilidade Urbana e Certificações Ambientais na Construção Civil. *Soc. & Nat*, 25 (2), 291-302.

ANEXOS

Inquérito por Questionári

Este questionário destina-se a obter informações com vista à elaboração de um trabalho de dissertação para obtenção do grau do Mestrado em Ciências Económicas e Empresarias, vertente de Finanças e Contabilidade, na Universidade dos Açores, intitulado “Microcrédito na Guiné-Bissau”. Todos os dados fornecidos são confidenciais e apenas para uso académico.

Mestrando: César da Costa

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Característica do(a) beneficiário(a)

1.1- Idade:

- a) – 18 anos
- b) 18 – 30 anos
- c) 31 – 50 anos
- d) + 50

1.2- Género? (Assinale com um X uma das seguintes opções).

Masculino		Feminino	
-----------	--	----------	--

1.3- Nacionalidade?

Guineense		Brasileira		Cabo-Verdiana	
Chinesa		Portuguesa		Outa. Qual? _____	

1.4- Tem Filhos?

Sim		Não	
------------	--	------------	--

1.5- Habilitações literárias? (Assinale com um X o último grau).

Sem frequência escolar		Secundário		Pós-Graduação	
1º Ciclo (4º ano)		Médio		Mestrado	
2º Ciclo (6º ano)		Bacharelado		Doutorado	
3º Ciclo (9º ano)		Licenciatura		Outra, qual _____	

1. 6- Qual é o seu estado civil? (Assinale com um X uma das seguintes opções).

Solteiro		Casado	
União de facto		Divorciado(a)	
Viúvo(a)		Outro	

2- Acesso ao Microcrédito

2.1- Considera suficiente o montante do empréstimo para criar o seu negócio?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

2.2- O que o/a motivou a recorrer o microcrédito? (Assinale com um X os principais motivos).

Falta de oportunidade no mercado de trabalho	
Possibilidade de conduzir o próprio destino.	
Deteção de uma oportunidade de negócio	
Melhores perspetivas ao nível do rendimento	
Autorrealização.	
Independência pessoal	
Desilusão pela forma como o trabalho por conta de outrem se processa	
Outro, indique qual?	

2.3- Tem conseguido cumprir com as prestações? (Assinale com um X).

Sim		Não	
Se não, como conseguiu ultrapassar estes incumprimentos?			

2.4- Sente-se com estabilidade financeira para manter o seu negócio?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

3- Situação antes do Microcrédito

3.1- Quais as habilitações literárias que possuía antes de aceder ao microcrédito? (Assinale com um X o último grau).

Sem frequência escolar		Secundário		Pós-Graduação	
1º Ciclo (4º ano)		Médio		Mestrado	
2º Ciclo (6º ano)		Bacharelado		Doutorado	

3º Ciclo (9º ano)		Licenciatura		Outra, qual _____
-------------------	--	--------------	--	----------------------

3.2- Sente-se excluído do microcrédito. De que forma?

Sim		Não		Se sim, de que forma? _____
-----	--	-----	--	--------------------------------

3.3- Tem habitação própria?

Sim		Não	
------------	--	------------	--

4- Situação Económica

4.1- Houve melhoria na sua qualidade de vida após a aceder ao microcrédito?

Sim		Não	
------------	--	------------	--

4.2- Pagava renda de casa antes de aceder ao microcrédito?

Sim		Não		Se sim, montante _____
-----	--	-----	--	---------------------------

4.3- E depois do recurso ao microcrédito continua a pagar renda?

Sim		Não		Se sim, montante: _____
-----	--	-----	--	----------------------------

4. Situação habitacional

5.1- Tinha ligação à rede pública de abastecimento de água antes de utilizar o microcrédito?

No interior da casa		No exterior da casa		Não	
---------------------	--	---------------------	--	-----	--

5.2- E depois do recurso ao microcrédito, tem?

No interior da casa		No exterior da casa		Não	
---------------------	--	---------------------	--	-----	--

5.3- Tinha sistema de escoamento de água residual antes de obter o microcrédito?

Ligado à rede pública		Ligado à fossa séptica		Não	
-----------------------	--	------------------------	--	-----	--

5.4- E depois do recurso ao microcrédito, tem?

Ligado à rede pública		Ligado à fossa séptica		Não	
-----------------------	--	------------------------	--	-----	--

5.5- Tem eletricidade

Sim		Não	
-----	--	-----	--

5.6- Possuía eletricidade antes do uso do microcrédito?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

6- Serviços**6.1- Teve Frequência de formação no âmbito do microcrédito?**

Não vou	Menos de uma vez por ano	Uma vez por ano	Mais de que uma vez por ano	Assim que for preciso

6.2- A que serviço de saúde costuma recorrer?

Público		Privado	
---------	--	---------	--

6.3- Antes do recurso ao microcrédito a que serviço de saúde costumava recorrer?

Público		Privado	
---------	--	---------	--

6.4- Alguma vez teve necessidade de recorrer ao sistema judicial?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

6.5- Conseguiu o pretendido junto das instituições judiciais?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

6.6- Como avalia o sistema judicial da Guiné-Bissau?

Mau	Razoável	Bom	Muito bom	Não sabe
-----	----------	-----	-----------	----------

--	--	--	--	--

6. 7- Alguma vez teve necessidade de recorrer à justiça tradicional para fazer valer os seus direitos? (Assinale com um X uma das opções seguintes).

Sim		Não		Se sim, qual
-----	--	-----	--	--------------

7-Criação do próprio negócio

7.1- Como surgiu a ideia de criar um negócio?

Atividade profissional desenvolvida	
Oportunidade do mercado	
Gosto pessoal	
Formação profissional	
A atividade ser desenvolvida por familiares/amigo	

7.2- Considere ter o conhecimento e a experiência necessários para iniciar um novo negócio?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

7.3- Caso já tenha criado o seu negócio/empresa, quais as maiores dificuldades que sentiu inicialmente?

Dificuldades em obter o financiamento necessário	
Falta de informação	
Burocracia exagerada	
Falta de conhecimento de gestão	
Falta experiência enquanto empresário	

7.4- A empresa tem Funcionários?

Sim		Sim	
-----	--	-----	--

7.5- Quais os fatores que considera determinantes para a falência de um negócio em Bissau?

O gestor que está a frente da empresa	
O setor em que está inserido	
O acesso ao financiamento	

O contexto político (Políticas económicas)	
Outro, qual?	

7.6- De acordo com a sua percepção sobre a criação de uma empresa na Guiné-Bissau, indique:

	Discordo. Totalmente	Discordo. Parcialmente	Concordo. Parcialmente	Concordo. Totalmente
Existem uma ou mais entidades que apoiam a criação de empresas				
Existem apoios ao empreendedorismo por parte do Governo				
Existem em Bissau oportunidades de criar empresas e negócios				

7.7- Os negócios financiados pelo microcrédito ainda continuam a existir?

Sim		Não	
------------	--	------------	--

8 Medida de Microcrédito

8.1- Sabe que o governo da Guiné-Bissau tomou a decisão de apoiar o microcrédito?

Sim		Não		Não sabe	
-----	--	-----	--	----------	--

8.2- Frequentou algum curso de formação sobre empreendedorismo?

Sim		Não	
Se sim, que instituição:			

8.4- Considera que o microcrédito, na Guiné-Bissau, tem dado um contributo positivo aos empreendedores?

Sim		Não		Não sabe	
-----	--	-----	--	----------	--

Obrigado!

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal